

SUMÁRIO

Resumo	IX
Abstract	XI
Lista de Tabelas	XV
Lista de Figuras	XVI
1 - Introdução	1
1.1. O uso de drogas psicotrópicas e a sociedade	2
1.2. As drogas psicotrópicas e os meios de comunicação	5
1.2.1. Os meios de comunicação e a agenda pública	6
1.2.2. Mídia, meios de comunicação de massa e jornalismo	11
1.2.3. Jornalismo e drogas psicotrópicas	13
1.2.4. As drogas psicotrópicas no jornalismo brasileiro	16
2 - Justificativa	19
3 - Objetivos	21
4 - Metodologia	23
4.1 Um fenômeno observado a partir de dois estudos	24
4.2 Metodologia do estudo I – análise do material publicado	24
4.2.1 Amostragem	24
4.2.2 Organização e classificação do material	25
4.2.3 Análise dos dados	25
4.2.4 Análise estatística	27
4.3 Metodologia do estudo II – análise do discurso	27
4.3.1 Tamanho da amostra	28
4.3.2 Características e critérios de inclusão da amostra	29
4.3.3 Obtenção da amostra	29
4.3.4 Dificuldades na obtenção da amostra	30
4.3.5 Instrumentos utilizados	31
4.3.6 Entrevista	33
4.3.7 Consentimento das informações e aspectos éticos	33
4.3.8 Análise dos dados	34
4.3.9 Porcentagem	36

5 - Resultados	37
5.1 Resultados referentes à análise do material publicado (estudo I)	38
5.1.1 Matérias relacionadas às drogas não-especificadas (textos genéricos)	44
5.1.2 Matérias relacionadas ao álcool	47
5.1.3 Matérias relacionadas ao tabaco	51
5.1.4 Matérias relacionadas à maconha	54
5.1.5 Matérias relacionadas aos derivados da coca	57
5.2 Resultados referentes ao discurso dos profissionais (estudo II)	60
5.2.1 Caracterização dos entrevistados	60
5.2.2 História profissional	61
5.2.3 Sobre a inclusão do tema “drogas” na pauta do jornalismo	62
5.2.4 Sobre a questão financeira no jornalismo	64
5.2.5 Principais dificuldades para se escrever sobre “drogas”	65
5.2.6 Cuidados e o melhor tom para se abordar o tema “drogas”	66
5.2.7 Sobre o predomínio de matérias relacionadas ao tráfico de drogas	67
5.2.8 Principais fontes e formas de adquirir conhecimento	68
5.2.9 Sobre o impacto de suas matérias para os seus leitores	69
5.2.10 O que eles pensam sobre as drogas	71
5.2.11 Possíveis soluções para lidar com a questão do uso de drogas no Brasil	72
5.2.12 Como eles vêem a cobertura do jornalismo brasileiro sobre o tema	73
5.2.13 O que pode ser feito para melhorar a cobertura sobre o tema	74
6 - Discussão	76
6.1 Discussão dos resultados referentes ao material publicado	77
6.2 Discussão dos resultados referentes ao discurso dos profissionais	83
6.3 Discussão geral dos resultados apresentados	87
7 - Conclusões	91
8 – Referências Bibliográficas	94
ANEXOS	101
Anexo A – Planilha de análise de conteúdo	102
Anexo B – Roteiro de entrevista com os profissionais	105
Anexo C – Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa	107
Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das 2.510 matérias selecionadas de acordo com o ano e a classificação temática _____	38
Tabela 2 - Distribuição das 2.510 matérias selecionadas de acordo com o ano e o veículo _____	39
Tabela 3 - Distribuição das 791 matérias analisadas de acordo com o ano e o tipo de abordagem _____	40
Tabela 4 - Principais fontes utilizadas nas matérias analisadas nos anos de 2000 e 2003 _____	42
Tabela 5 - Principais temas enfocados nas matérias sobre drogas não-especificadas nos anos de 2000 e 2003 _____	46
Tabela 6 - Principais temas enfocados nas matérias sobre álcool nos anos de 2000 e 2003 _____	49
Tabela 7 - Principais temas enfocados nas matérias sobre tabaco nos anos de 2000 e 2003 _____	53
Tabela 8 - Principais temas enfocados nas matérias sobre maconha nos anos de 2000 e 2003 _____	56
Tabela 9 - Principais temas enfocados nas matérias sobre derivados da coca nos anos de 2000 e 2003 _____	59
Tabela 10 - Características gerais da amostra de profissionais entrevistados _____	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição das 791 matérias analisadas de acordo com o ano e o tipo de droga	40
Figura 2 - Principais soluções apontadas nas matérias para lidar com o problema das drogas nos anos de 2000 e 2003	41
Figura 3 - Matérias que atribuíram adjetivação pejorativa ao usuário, de acordo com o ano e o tipo de droga	42
Figura 4 - Matérias que admitiram função positiva da droga, de acordo com o ano e o tipo de droga	43
Figura 5 - Frequência de matérias sobre drogas não-especificadas durante os anos de 2000 e 2003	45
Figura 6 - Frequência de matérias sobre álcool durante os anos de 2000 e 2003	48
Figura 7 - Frequência de matérias sobre tabaco durante os anos de 2000 e 2003	52
Figura 8 - Frequência de matérias sobre maconha durante os anos de 2000 e 2003	55
Figura 9 - Frequência de matérias sobre derivados da coca durante os anos de 2000 e 2003	58

1 - INTRODUÇÃO

1.1. O uso de drogas psicotrópicas e a sociedade

O uso de drogas psicotrópicas pela sociedade não é um fenômeno recente, há muito tempo esse comportamento faz parte da história da humanidade. Povos antigos as utilizavam com função de integração social e de transcendência espiritual. As primeiras associações entre religião e consumo de drogas ocorreram na tentativa do homem se relacionar com o mundo espiritual, supostamente mágico, misterioso e ameaçador (SCHULTES & HOFMANN, 1979; ESCOHOTADO, 2000; SILVEIRA & MOREIRA, 2006).

Atualmente as drogas são usadas com diversas outras funções em uma ampla gama de contextos sociais, como clínico-terapêutico, comemorações, esportes, entre outros, podendo também ser utilizadas individualmente (TOSCANO Jr., 2001). Uma das principais funções do uso de drogas pela sociedade é a coesão social em situações como festas, sinalizando a diferença entre momentos de lazer daqueles reservados ao trabalho. Tanto as bebidas alcoólicas quanto o tabaco e a maconha destacam-se nesta função, desempenhando historicamente um papel reforçador de integração social, sendo que até hoje em muitos países essas drogas, exceto a maconha, têm o uso legalizado e bastante difundido na cultura (MACRAE, 2001; ARAÚJO & MOREIRA, 2006). Algumas drogas como, por exemplo, o café ou a folha de coca foram exercendo função de incrementar a eficácia do homem em suas atividades produtivas. Outras se destacaram no contexto terapêutico, como o ópio para amortecer a dor, ou mesmo na realização de “curas espirituais” (MACRAE, 2001; TOSCANO Jr., 2001; ARAÚJO & MOREIRA, 2006).

Embora diversas funções e utilidades estejam ligadas ao uso de substâncias psicotrópicas, este uso historicamente sempre esteve sujeito a críticas. Enquanto alguns consideravam as drogas inovadoras e revitalizadoras, outros as percebiam como algo perturbador e destrutivo. Nesse sentido, o uso tanto pode ser considerado como curativo em algumas sociedades quanto uma forma de magia negra em outras; lícito ou ilícito. É importante destacar, porém, que não é somente a cultura que determina os aspectos a serem considerados. Ao longo do tempo a percepção diante das drogas pode ser alterada e indicar padrões de mudança dentro de uma mesma cultura (CARLINI-COTRIM *et al.*, 1994; SILVEIRA & MOREIRA, 2006; ARAÚJO & MOREIRA, 2006). Exemplos disso são o álcool e a cocaína, onde no início do século XX houve nos EUA a proibição do uso e da venda de bebidas alcoólicas. Nessa mesma época a cocaína era comercializada em farmácia de diversos países do ocidente. Já no final do século XX e início do século XXI, há uma inversão de “status” entre estas drogas, o álcool tornou-se amplamente comercializado e difundido pela mídia em milionárias campanhas publicitárias e a cocaína tornou-se uma droga ilícita e presente nas principais manchetes policiais (CARLINI-COTRIM *et al.*, 1994; ARAÚJO & MOREIRA, 2006).

A associação do uso de drogas à busca pelo prazer ganhou visibilidade em algumas sociedades, dando início ao controle da disponibilidade de determinadas drogas como a maconha, heroína, cocaína, entre outras (SILVEIRA & MOREIRA, 2006). Apesar dessa restrição, no final da década de 70, em alguns países, dentre os quais se destacaram os Estados Unidos, foi observado um aumento considerável do número de usuários de drogas ilícitas, situação esta que deflagrou um movimento caracterizado por um enfoque alarmista, intolerante e repressivo, que os norte-

americanos denominaram “Guerra às drogas” (CARLINI-COTRIM *et al.*, 1994; TOSCANO Jr., 2001; MACRAE, 2001).

Esse movimento também teve como meta a “exportação” dessa postura para países menos desenvolvidos, principalmente aqueles considerados como rotas de tráfico, dentre os quais se incluía o Brasil. Na ocasião, o Brasil não dispunha de dados epidemiológicos consistentes e, portanto, não se tinha idéia da situação nacional em relação às drogas psicotrópicas. Essa carência de dados abriu espaço para que se instalasse um verdadeiro “pânico”, especialmente envolvendo o uso de drogas ilícitas, como a maconha, cocaína, LSD e heroína, entre estudantes (CARLINI-COTRIM *et al.*, 1994).

Nesse contexto, o jornalismo teve um papel significativo na divulgação do “pânico”, sendo freqüentes na época manchetes como: “Traficante em ação. Acompanhe: em minutos a droga está na mão do estudante” (Jornal da Tarde, 1980), “O uso da cocaína aumenta 300%” (O Estado de São Paulo, 1982), ou “O perigo dos tóxicos: Cresce o consumo entre escolares” (Folha de São Paulo, 1983).

Apesar de todo esse clima de medo, foi apenas no final da década de 80 que começaram a surgir os primeiros estudos epidemiológicos mais abrangentes no Brasil. O CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) foi um dos pioneiros, dando início, a partir de 1987, a uma série de estudos: entre populações jovens (estudantes de 1º e 2º graus e meninos em situação de rua) e através de indicadores epidemiológicos (internações hospitalares por dependência e apreensões de drogas pela Polícia Federal).

Os dados epidemiológicos mostraram que, na verdade, existiam dois retratos da situação brasileira em relação às drogas psicotrópicas: um retrato mais emocional e um outro mais realista. No emocional, havia a idéia de um uso indiscriminado de

drogas, especialmente ilícitas e com tendência à rápida disseminação. Por outro lado, o retrato epidemiológico mostrou um número relativamente discreto de usuários, predomínio das drogas lícitas (como solventes e alguns medicamentos psicotrópicos), bem como uma tendência ao aumento do consumo dessas drogas (CARLINI-COTRIM *et al.*, 1994).

No ano de 2001, o CEBRID realizou o primeiro estudo epidemiológico domiciliar nacional, trazendo um panorama mais geral de como o consumo de drogas vem ocorrendo no Brasil. Os levantamentos realizados anteriormente enfocavam populações específicas, ou seja, eram pesquisas direcionadas com amostras intencionais, como os estudos citados anteriormente com populações de estudantes e meninos em situação de rua. No levantamento domiciliar foi possível constatar que as drogas lícitas como o álcool e o tabaco são as mais utilizadas pela população de forma geral (CARLINI *et al.*, 2002).

1.2. As drogas psicotrópicas e os meios de comunicação

Por se tratar de um tema que gera discussões e, portanto, demanda necessidade de informação para a população, as questões relativas às drogas despontam nos meios de comunicação de massa como jornais, revistas, rádio, televisão, entre outros. Além disso, o comércio de substâncias psicoativas movimenta um dos maiores valores da economia mundial, transformando-se, portanto, em um dos temas preferidos da mídia (GORGULHO, 2006).

Tanto na forma de notícia como em uma publicidade, os meios de comunicação são importantes instrumentos na divulgação de informação. Esses

veículos contribuem para a formação da opinião das pessoas, assim como também constituem um objeto de consumo, uma experiência individual cotidiana, um sistema de mediação cultural e de agregação social, além de tantas outras funções (WOLF, 2003).

1.2.1. Os meios de comunicação e a agenda pública

Algumas teorias de comunicação de massa ajudam a entender a influência dos meios de comunicação sobre a opinião pública. Segundo Wolf (2003) que publicou diversos estudos sobre comunicação e sociologia, fazendo uma revisão das principais teorias da comunicação, é possível perceber que essas teorias se alteraram ao longo do tempo e estão diretamente relacionadas com o contexto histórico, social e econômico em que foram desenvolvidas. As teorias de comunicação de massa baseadas em pesquisas, denominadas *communication research*, se dividem em pesquisa administrativa que enfoca os processos de comunicação e a pesquisa crítica que focaliza as relações existentes entre mídia e sociedade.

Entre as teorias derivadas da pesquisa administrativa, a teoria hipodérmica é a primeira que se tem conhecimento. Essa teoria compreende que os indivíduos vivem numa sociedade de massa, onde as partes formam o todo, e seus membros são isolados, separados e anônimos. A partir desta condição, os meios de comunicação de massa exercem um papel fundamental dentro da sociedade, “manipulando” através da informação os indivíduos que compõem essa massa (TUCHMAN, 1995; WOLF, 2003).

Diferente da teoria hipodérmica, a abordagem empírico-experimental desenvolveu pesquisas laboratoriais enfocando os fatores relativos à audiência e às mensagens, considerando os mecanismos psicológicos envolvidos no processo. Estes estudos conduziram ao abandono da teoria hipodérmica na medida em que evidenciaram que os efeitos das mensagens resultam da interação de outros fatores (WOLF, 2003). Desse modo, ao invés de “manipulação”, os meios de comunicação passaram a ser considerados como uma forma de “persuasão”, no sentido de levar o indivíduo a crer ou a aceitar o que lhe é transmitido, mas considerando suas características pessoais.

Na abordagem de campo com situações reais, principalmente com estudos em campanhas eleitorais, tornou-se evidente que os efeitos dos meios de comunicação são ainda mais limitados do que “manipulação” ou mesmo “persuasão”. Esses estudos conduziram à idéia de que os meios de comunicação exercem “influência” sobre os indivíduos, sendo apenas um entre inúmeros fatores a serem considerados. Diferente das abordagens anteriores, essa última levou em conta os aspectos sociais no processo de comunicação (McCOMBS & SHAW, 1972; TUCHMAN, 1995; WOLF, 2003).

É importante considerar que dentro da abordagem da pesquisa administrativa o foco dos pesquisadores esteve em compreender os efeitos dos meios de comunicação sobre os indivíduos. Mesmo utilizando-se do modelo de comportamento proposto pela Psicologia Behaviorista que ilustra uma relação linear de estímulo (causa) e resposta (efeito), essas pesquisas evidenciaram a não-linearidade dos processos de comunicação (WOLF, 2003).

Diferente dos estudos da pesquisa administrativa, a pesquisa crítica não enfocou os efeitos dos meios de comunicação, mas sim a função que os meios de

comunicação exercem. A teoria funcionalista é uma teoria que representa os estudos deste tipo de pesquisa mais voltada para as relações sociais (TUCHMAN, 1995; WOLF, 2003). As teorias desse tipo de pesquisa têm uma visão global dos meios de comunicação em que o todo é compreendido pela relação entre os sistemas que existem dentro de uma sociedade. Na teoria funcionalista, a função que o subsistema comunicação de massa exerce, entre as principais funções de um sistema social, é a de conservar o esquema de valores. Sendo assim, os meios de comunicação desempenham um papel reforçador. A partir desta teoria inicia-se os estudos dos efeitos a longo prazo (McCOMBS & SHAW, 1972; WOLF, 2003).

As teorias crítica e culturológica, também derivadas desse tipo de pesquisa, fazem uma crítica à sociedade e aos métodos de conhecimento utilizados pela pesquisa administrativa que não consideravam a sociedade como um todo no processo de comunicação. A primeira utiliza o conceito de indústria cultural, definido pelo poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a própria sociedade, onde os meios de comunicação servem a um sistema manipulador. A segunda utiliza o conceito de cultura de massa, na qual a lei fundamental da cultura é a lei de mercado (TUCHMAN, 1995; WOLF, 2003). Desse modo, tanto a teoria crítica quanto a teoria culturológica ao criticarem a sociedade e definirem os meios de comunicação como instrumentos de interesse das classes economicamente favorecidas e submetidas às leis de mercado, estão se referindo implicitamente a teoria hipodérmica que considerava os meios de comunicação como uma forma de manipular os indivíduos dentro da sociedade. Se por um lado a pesquisa crítica descuidou dos processos de comunicação, por outro a pesquisa administrativa negligenciou a relação mídia-sociedade.

Para Wolf (2003) a complexidade de se entender os processo de comunicação através de um modelo ou de uma teoria, direcionou os estudos ao entendimento dos efeitos não como uma mudança de curto prazo, mas como conseqüências de um longo período. Os efeitos começam a ser entendidos como cumulativos e cognitivos, onde a mídia influencia o modo como o destinatário organiza a própria imagem do ambiente, ou seja, os meios de comunicação desempenham uma função de construção da realidade.

Sem o auxílio dos meios de comunicação o homem não consegue ter noção total da realidade que o cerca. Os meios de comunicação modernos não refletem simplesmente a realidade, mas ajudam a formá-la, pois à medida que permitem transferir uma história local de uma cultura para outra, os sistemas de comunicação apresentam o poder de formar percepções globais (BAILLIE, 1996).

A partir da compreensão de que os meios de comunicação atuam diretamente na construção da realidade, surge a hipótese da *agenda-setting*, que pode ser entendida como a tendência que as pessoas têm de incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo. Desse modo a mídia seleciona os conteúdos que devem ou não ser considerados importantes na agenda de acontecimentos (McCOMBS & SHAW, 1972; RIFFE *et al.*, 1998; WOLF, 2003; TRAQUINA, 2005).

Se por um lado a imprensa não consegue dizer ao seu público o que pensar, por outro ela é efetiva em dizer aos seus destinatários sobre quais temas pensar alguma coisa. (WOLF, 2003; DURRANT *et al.*, 2003; ATKIN & DEJONG, 2000; WAKEFIELD *et al.*, 1998; CRAIG, 1981). Sendo assim quanto menor for a experiência direta e pessoal dos indivíduos sobre um determinado tema mais ela

dependerá da mídia para obter as informações e os quadros interpretativos relativos àquela área (WOLF, 2003).

A construção da mensagem veiculada na mídia contribui com a formação de conceitos, atitudes e expectativas sociais, fatores estes que modificam a forma como a população lida com a questão. Os meios de comunicação ao priorizarem determinados temas sociais, influenciarão o consenso público que por sua vez exigirão políticas públicas para o setor, desta forma, existe uma interação entre imprensa, sociedade e governo. É um sistema em que um alimenta o outro e que a imprensa age como um intermediário entre a opinião pública e o governo. (SKIRROW, 1987; BAILLIE, 1996; FAN, 1996; BENKERT *et al.*, 1997;; LEMMENS *et al.*, 1999; MYHRE *et al.*, 2002).

A partir desta compreensão os estudos sobre os meios de comunicação focaram-se para o entendimento de como é realizado o processo de “construção das notícias” (*newsmaking*), buscando saber como a notícia chega às redações, como ela é apresentada, quais critérios são utilizados para determinar se um fato ou acontecimento merece ou não virar notícia (WOLF, 2003, TRAQUINA, 2005).

Através dos estudos de *newsmaking* foi possível perceber que a longo prazo existe uma forma de manipulação da informação denominada “distorção inconsciente” ou “involuntária”, onde os mecanismos para se manter a linha editorial-política de um jornal, são aprendidos por “osmose” diante do processo de socialização dentro das redações ao invés de uma forma explícita. A própria natureza do processo, com as limitações de tempo e espaço para a publicação das notícias, contribui para que os mecanismos de produção sejam automáticos (ARBEX Jr., 2001; WOLF, 2003; TRAQUINA, 2005).

Deste modo a notícia passa por diversas fragmentações e reduções, além disso, as variáveis rapidez e produtividade não contribuem para que os repórteres apurem uma notícia com mais profundidade, os repórteres não saem mais atrás das notícias, elas nascem dentro das redações (NOBLAT, 2003) ou vêm prontas das agências de informação (ARBEX Jr., 2001; WOLF, 2003). Para estes autores as notícias são os que os jornalistas definem como tal, é o produto de um processo organizado e prático de modo que consiga atrair a atenção.

Através dos estudos sobre os meios de comunicação de massa é possível perceber que eles influenciam a opinião pública, mas que não se deve entender este processo numa relação direta e sim dentro de um contexto social e cultural derivado da interação de vários processos (DURRANT *et al.*, 2003; YANOVITZKY, 2002; BAILLIE, 1996).

1.2.2. Mídia, meios de comunicação de massa e jornalismo

De acordo com Ferreira (1999) mídia é o conjunto dos meios de comunicação que inclui indistintamente diferentes veículos, recursos e técnicas selecionadas para veiculação de mensagem ou campanha publicitária. Dessa forma o termo mídia é bastante abrangente, pois inclui os meios e os processos de comunicação da mensagem. A partir desta definição, pode-se atribuir funções à mídia: informar e contribuir para a formação da opinião; divulgar e disponibilizar a mensagem publicitária. Nesse contexto, o jornalismo destaca-se com a função de elaborar e divulgar notícias, municiando os cidadãos com instrumentos que proporcionem a reflexão (FERREIRA, 1999).

Os meios de comunicação, através do jornalismo, são capazes de introduzir conceitos gerais, informações básicas e podem também ajudar a estabelecer um clima de aceitação de questões críticas, constituindo-se numa fonte primária para prover a população com amplas mensagens (SKIRROW, 1987; LEMMENS *et al.* 1999). Na medida em que os jornais exercem um papel crítico no controle do acesso público a informação, a cobertura de notícias, junto com outras fontes primárias de socialização pode influenciar o julgamento dos leitores, formando crenças e atitudes em relação a um tema (BAILLIE, 1996; MYHRE *et al.*, 2002).

Embora o rádio e a televisão sejam os meios em que os jovens estejam mais expostos, os jornais são importantes, pois frequentemente direcionam a agenda para o que é reportado mais tarde na televisão, servindo como uma procura acessível para todas as notícias reportadas (MIRZAEI *et al.*, 1991; WAKEFIELD *et al.*, 1998). Desse modo o jornalismo, independente do veículo, tem um importante papel na fixação de programas públicos e de prioridades legislativas.

A função do jornalismo na atualidade deve ser compreendida a partir de sua própria história que, de acordo com Traquina (2005), caminha dentro e junto com a história da democracia. Para o autor a história da democracia é a luta pela liberdade e a imprensa sempre teve um papel fundamental nessa luta, pois os jornais eram vistos como um meio de exprimir as queixas e injustiças sociais e ao mesmo tempo “assegurar a proteção contra a tirania insensível de seus líderes”. Desse modo a liberdade de imprensa era uma condição imprescindível para o exercício da democracia.

Na medida em que a imprensa tem como papel vigiar, orientar e equilibrar os outros poderes, ela também exerce o seu próprio poder, denominado o “quarto poder”. Nesse momento o jornalismo, ou melhor, as notícias eram vistas como

propagandas partidárias o que caracterizava um jornalismo de opinião totalmente envolvido com questões políticas. A partir do século XIX com a comercialização da imprensa, o jornalismo se torna mais independente dos laços políticos transformando as redações em empresas onde a notícia é o seu principal produto e o lucro seu objetivo. A partir desse momento há a passagem de um jornalismo de opinião para um jornalismo de informação, com incessante busca de fatos noticiáveis. Se antes o que determinava as notícias era a opinião partidária do jornal, agora diversos fatores devem ser considerados (TRAQUINA, 2005).

Diversas teorias foram construídas no sentido de compreender quais fatores determinam o modo das notícias serem como são. Segundo Traquina (2005) a partir do momento em que o jornalismo começa a se orientar mais para os acontecimentos e para a informação, ele retrata uma realidade que é construída a partir da interação entre os profissionais do campo jornalístico com a) suas diversas fontes que podem utilizar as notícias como um recurso para as suas estratégias; b) outros jornalistas, que a partir do convívio compartilham idéias entre si e c) a sociedade que como leitores e consumidores de notícias influenciam o jornalismo a tenderem para um consenso, ou seja, a apresentarem aquilo que condiz com o que a maioria pensa.

Nesse sentido, para o autor o jornalismo atualmente exerce um poder que sustenta o poder instituído e o “status quo”. Além disso, deve-se considerar a importância do fator econômico na atividade jornalística.

1.2.3. Jornalismo e drogas psicotrópicas

Embora sejam poucas as pesquisas que enfocam o papel dos meios de comunicação e do jornalismo em relação às drogas, alguns estudos, na sua maioria

sobre álcool e tabaco e realizados principalmente em outros países, nos permite considerar como uma análise do jornalismo possibilita a compreensão do clima social de uma determinada população em relação ao tema.

Através da análise de três grandes jornais americanos durante o período de 1985 a 1994, Fan (1996) verificou que quanto mais as palavras “crisis” e “drugs” apareciam nos mesmos parágrafos, crescia a percepção da população americana de que as drogas eram o principal problema do país. Hartman & Golub (1999) analisando aproximadamente este mesmo período, mas utilizando outros veículos, perceberam que a imprensa americana criou um pânico em relação a uma possível epidemia de crack. Os autores consideraram que essa visão incorreta do “problema”, construída pelos jornais, provavelmente ajudou a desviar a atenção da população de problemas estruturais persistentes.

Em um estudo sobre a representação do álcool em revistas populares durante os anos de 1900 a 1960 realizado por Linsky (1971, citado por Lemmens 1999) foi encontrado que houve mudança no conteúdo das revistas, de uma visão moralista sobre o alcoolismo nas primeiras décadas do século XX para uma visão naturalista na década de 60. Os problemas atribuídos para o entendimento do alcoolismo passaram de fatores internos, biológicos e psicológicos para fatores externos ao indivíduo.

Em um estudo mais recente, Törrönen (2003) ao analisar editoriais sobre o álcool de seis jornais finlandeses diários, publicados entre os anos de 1993 e 2000, percebeu que as mudanças no discurso nos editoriais* acompanharam as mudanças políticas e de opinião pública em relação à política sobre álcool adotada no país. Já Durrant et al., (2003) através de uma análise de matérias sobre o tabaco nos

* Editorial é o espaço utilizado nos jornais e revistas para a expressão direta da opinião do órgão de imprensa, em geral escrito pelo redator-chefe e publicado com destaque

principais jornais australianos durante o ano de 2001, perceberam que a cobertura foi efetiva em relação aos objetivos de controle do tabaco.

Estes estudos, entre outros, mostram como os discursos utilizados na imprensa refletem e ao mesmo tempo reforçam conceitos e crenças em relação às drogas, servindo como uma das principais fontes de informação para a população na medida em que pautam os principais problemas e assuntos relacionados ao tema, oferecendo aos seus leitores o que pensar sobre essa questão. Além disso, legitimam as políticas de saúde, de repressão e de ação social frente ao consumo e ao comércio de drogas (SKIRROW, 1987; FAN, 1996; BENKERT *et al.*, 1997; LEMMENS *et al.*, 1999).

Quanto a relacionar o consumo de álcool e outras drogas às suas conseqüências, percebe-se nestes estudos que os jornais enfocam mais a questão sobre o “beber e dirigir”, enfatizando os acidentes e episódios de violência associados ao consumo. Um fator na prevalência nesse tipo de notícia pode ser explicada pela tendência dos jornais, em geral, de super-enfatizar mortes de causa não natural (LEMMENS *et al.*, 1999).

No entanto, deve-se considerar que a influência dos meios de comunicação sobre a população não pode ser examinada de forma isolada, a mídia e o jornalismo devem ser vistos como potenciais fatores para influenciar a percepção social sobre os temas relacionados às drogas, que junto com outros fatores, como a cultura, época, grupos sociais entre outros, devem ser considerados para a compreensão da formação de crenças e atitudes da sociedade em relação às drogas (BAILLIE, 1996).

Nesse sentido, o jornalismo junto com outras formas de mídia pode ser um aliado nos programas de prevenção. A chamada “*media advocacy*”, estratégia de utilizar notícias da mídia como parceira no desenvolvimento de políticas públicas e

sociais é decorrência deste reconhecimento da influência dos meios de comunicação (JERNINGAN & WRIGHT 1994; RUSSEL *et al.*, 1995; WILBUR & STEWART, 1999). Holder & Treno (1997) confirmaram a efetividade da utilização da estratégia de *media advocacy*, dentro de um programa de prevenção ao uso do álcool no que se refere à questão do “beber e dirigir”.

1.2.4. As drogas psicotrópicas no jornalismo brasileiro

Acontecimentos relacionados ao tráfico e ao consumo de drogas ocupam um espaço considerável na pauta do jornalismo brasileiro. Constantes apreensões de drogas, situações de violência, casos de dependência, campanhas e polêmicas nacionais ou internacionais são amplamente divulgados na imprensa, envolvendo grande interesse da sociedade (GORGULHO, 2006).

Embora a credibilidade atribuída aos meios de comunicação seja de tal ordem que coloque a mídia como referencial de verdade no Brasil, no que diz respeito ao tema drogas, a imprensa nem sempre parece estar alinhada com a ciência. Um estudo realizado em 1998, analisando o conteúdo dos artigos publicados na imprensa nacional, observou o descompasso entre imprensa escrita e a epidemiologia de uso de drogas no Brasil (NOTO *et al.*, 2003).

O álcool é a droga mais consumida no país, acarretando diversos problemas de saúde e considerável custo social. Além de ser a principal droga associada a acidentes de trânsito e situações de violência interpessoal, as bebidas alcoólicas respondem por 80% das internações hospitalares associadas ao uso de outros psicotrópicos. Esses parâmetros epidemiológicos justificariam que a imprensa

retratasse as bebidas alcoólicas com destaque especial (CARLINI-COTRIM *et al.*, 1994; CARLINI *et al.*, 2002).

No entanto, as questões de saúde relativas ao álcool são abordadas na mesma medida que drogas menos prevalentes, como a maconha e a cocaína. Outras drogas amplamente utilizadas no Brasil também têm sido negligenciadas pela imprensa, como os inalantes (thinner, lança-perfume, cola, loló, entre outros), além de muitos medicamentos psicotrópicos, como as anfetaminas e os benzodiazepínicos (CARLINI-COTRIM, *et al.*, 1989, GALDURÓZ *et al.*, 1997, 2000; CARLINI *et al.*, 2002; NOTO *et al.*, 2003).

Utilizando a mesma metodologia do estudo realizado em 1998 por Noto *et al.* (2003) para outros períodos, porém ampliando os temas analisados para as questões referentes ao tráfico de drogas. Noto & Mastroianni (2003) apontam que os temas relacionados ao tráfico superam os temas referentes à saúde. Isto demonstra que a discussão acerca deste assunto no Brasil está mais atrelada a uma questão de segurança do que de saúde. Havendo, portanto, um predomínio do discurso repressivo que legitima práticas que visam apenas à redução da oferta como forma de lidar com a questão.

Em um estudo realizado pela ANDI (Agência de Notícias do Direito da Infância) sobre o tabaco, o álcool e a adolescência no jornalismo brasileiro focando suplementos de jornais e revistas direcionados ao público adolescente no período entre o início de setembro de 1999 e final de outubro de 2000, verificou-se que o tabaco e o álcool ainda não merecem da imprensa brasileira uma cobertura equilibrada, imparcial e desapaixonada (ANDI, 2003).

Este estudo demonstrou que o jornalismo assume um discurso moralista, preconceituoso e alarmista, fórmula esta que não funciona para mobilizar o público

jovem e nem tão pouco esclarecer a população a respeito de um tema tão relevante. Os autores consideram a importância de intensificar e qualificar as discussões sobre o tema (ANDI, 2003).

Em um estudo mais recente, enfocando as drogas de forma geral e não apenas na perspectiva dos jovens e adolescentes, mas considerando a população total. A ANDI analisou textos jornalísticos que abordaram a questão das drogas, seja de forma central ou secundária, em diversos veículos brasileiros da imprensa escrita no período entre 2002 e 2003 e identificou que a maioria dos artigos, aproximadamente 28% dos textos, relacionava o tema drogas com algum tipo de violência ou crime. Para os autores, esse tipo de matéria ajuda a construir um estereótipo do usuário ligando-o diretamente a essas práticas (ANDI, 2005).

Além da avaliação quantitativa, a qualidade dos artigos também merece atenção, uma vez que o conteúdo dos artigos não apenas informa sobre os acontecimentos, mas indiretamente afeta a percepção das prioridades sociais. A construção dos textos contribui com formação de conceitos, atitudes e expectativas sociais, fatores estes que modificam a forma como a população lida com a questão (CARLINI-COTRIM *et al.*, 1994; NOTO *et al.*, 2003; ANDI, 2003,2005).

2 - JUSTIFICATIVA

Considerando a importância do jornalismo como um fator significativo na formação da opinião pública e na construção de políticas públicas, o acompanhamento crítico dos meios de comunicação é um importante passo para compreender o complexo fenômeno que envolve imprensa, sociedade e políticas públicas em diferentes áreas, inclusive nos temas relativos às drogas. Essa análise é necessária para subsidiar debates críticos, na busca de um jornalismo mais comprometido com o bem estar da população e com as questões sociais de forma mais ampla. Além disso, a compreensão sobre o processo jornalístico pode não apenas orientar políticas públicas, mas ser usada como um importante instrumento auxiliar para a divulgação de programas de saúde.

No entanto, apesar da relevância dos meios de comunicação e da ampla cobertura dada ao tema drogas pela imprensa, ainda são raros os estudos brasileiros sobre o processo jornalístico sobre o tema. Os poucos estudos trouxeram contribuições importantes, mas se restringiram à análise de conteúdo das matérias jornalísticas em determinados períodos de tempo. Desse modo, tornam-se necessários estudos que avancem na análise de tendências temporais, assim como também são necessários estudos que busquem compreender a dinâmica que envolve o processo de construção dessas mensagens na mídia.

3 - OBJETIVOS

O presente estudo buscou avaliar tanto os aspectos quantitativos referentes ao material jornalístico produzido como os aspectos qualitativos referentes ao processo de construção de notícias sobre o tema drogas. Nesse sentido, foram objetivos deste estudo:

1. Analisar o conteúdo das matérias publicadas na imprensa escrita brasileira em diferentes veículos (principais jornais e revistas de circulação nacional) ao longo dos anos de 2000 e 2003, sobre as drogas mais freqüentes nas manchetes (álcool, tabaco, maconha e derivados da coca) e os textos genéricos sobre drogas (sem drogas específicas em destaque). Foi objetivo deste estudo comparar os anos analisados (2000 e 2003) no sentido de avaliar tendências temporais para cada uma das drogas estudadas.

2. Compreender como se dá o processo de construção de notícias sobre esse tema, a partir de um referencial qualitativo de pesquisa do discurso dos profissionais da área de jornalismo que escrevem matérias referentes a esse tema, nos seguintes aspectos: os principais fatos que desencadeiam matérias sobre drogas, as principais dificuldades para cobrir essas matérias e como os próprios jornalistas avaliam a cobertura dessas matérias pela imprensa brasileira.

4 - METODOLOGIA

4.1 Um fenômeno observado a partir de dois estudos

Para uma melhor compreensão de como a imprensa brasileira aborda a questão das drogas, privilegiou-se neste estudo enfocar tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos. Para isso, foram utilizadas duas metodologias distintas que enfocaram a análise do material publicado (aspectos quantitativos) como a análise do discurso dos profissionais da área de comunicação sobre esse tema (aspectos qualitativos).

4.2 Metodologia do estudo I – análise do material publicado

4.2.1 Amostragem

A busca das matérias foi conduzida por uma empresa especializada em clipping jornalístico, por meio de leitura diária de 8 (oito) diferentes veículos brasileiros de comunicação (5 jornais e 3 revistas) de janeiro a dezembro de 2000 e de janeiro a dezembro de 2003. A escolha dos anos analisados se deu de forma aleatória, visando aproveitar o material disponível desses dois intervalos temporais. Fizeram parte desta amostra as matérias dos seguintes veículos: os jornais *Correio Brasiliense*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*; as revistas *Época*, *Isto É* e *Veja*. Estes veículos foram selecionados por possuir circulação nacional, sobretudo nos principais centros de decisão política, além disso, esses veículos fazem parte da grande imprensa, ou seja, possuem grande tiragem.

Nos veículos estudados foram encontradas 2.510 matérias jornalísticas (1.110 no ano de 2000 e 1.400 no ano de 2003) que apresentavam uma das drogas (álcool, tabaco, maconha, derivados da coca e drogas não-específicas) como foco central.

4.2.2 Organização e classificação do material

A partir de leitura flutuante do material, as matérias foram classificadas de acordo com a “droga em destaque”. As matérias que tratavam as drogas de maneira geral, ou seja, não especificavam a droga foram incluídas na categoria drogas não-específicas (textos genéricos sobre drogas) devido ao grande volume dessa categoria. Já as matérias que especificavam mais de uma droga, devido à baixa frequência, foram excluídas. Matérias com temas relacionados ao tráfico de drogas (743 no ano de 2000 e 976 no ano de 2003) foram apenas contabilizadas, sendo submetidas à análise de conteúdo somente as matérias referentes aos outros temas (367 no ano de 2000 e 424 no ano de 2003), ou seja, temas relacionados à saúde, ciência, comportamento, política entre outros.

4.2.3 Análise dos dados

Foi utilizada a técnica de “análise de conteúdo”, que é definida como uma técnica de tratamento de dados de pesquisa voltada para uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo das mensagens (textos, entrevistas, entre outros) para obter indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Embora tenha suas origens na pesquisa quantitativa, busca a interpretação de materiais de caráter qualitativo (BARDIN, 1977; MINAYO 1994; RODRIGUES & LEOPARDI, 1999; FRANCO, 2003). Para Riffe et. al (1998) a descrição é o primeiro passo a ser desenvolvido num processo de pesquisa e a técnica de análise de conteúdo é definida como uma avaliação sistemática de sinais de comunicação aos quais se atribui valores numéricos de acordo com as regras de mensuração e validação que envolvem métodos estatísticos. Nesse sentido, buscou-se descrever inferências sobre o significado dos textos analisados.

A análise do material selecionado teve como parâmetro uma “Planilha de análise de conteúdo para matérias sobre drogas” (**Anexo A**), elaborada e utilizada em estudos brasileiros anteriores (NOTO *et al*, 2003 e NOTO *et al*, no prelo) acrescida de alguns tópicos da planilha utilizada pela ANDI (ANDI, 2005). Foram excluídos os tópicos que, de acordo com os estudos anteriores, apresentaram discordância na classificação entre dois avaliadores independentes. A planilha contemplou os seguintes tópicos: identificação do material (nome e tipo do veículo, data, título e tipo de droga); classificação jornalística (tipo de texto e nível de abordagem); identificação de personagens (faixa etária, sexo, relação com a droga); identificação do foco/tema central; soluções/intervenções (possíveis formas para lidar com a questão); política pública mencionada; família; causas para o uso; conseqüências; adjetivação do usuário; fonte dos dados e função positiva da droga. A classificação das matérias, para este estudo, foi realizada por um único avaliador devidamente familiarizado com a planilha.

4.2.4 Análise estatística

Foi realizada análise descritiva para cada ano estudado e, para a comparação dos dados entre os anos (2000 e 2003), foram utilizados os testes Fisher e χ^2 (Qui-quadrado) através do programa STATISTICA (v. 5´ 97 edition).

4.3 Metodologia do estudo II – análise do discurso

Foi utilizado o referencial qualitativo de pesquisa, pois este método possibilita a compreensão dos fenômenos sociais que envolvem determinado tema, permitindo entendê-los sob a ótica das pessoas envolvidas diretamente com a questão. Dessa forma, essa metodologia oferece ao investigador recursos para, por exemplo, entender a visão que os jornalistas têm a respeito da sua atividade e da maneira como matérias sobre drogas são redigidas. A investigação qualitativa permite também compreender a dinâmica dessa atividade utilizando os valores, definições e categorias do próprio profissional (DIAZ *et al.*, 1992, LAMBERT *et al.*, 1995).

O referencial qualitativo possibilita ainda um estudo retrospectivo da relação do profissional com a sua tarefa, relação esta que não é isolada, mas sim influenciada por diversos fatores tais como a estrutura organizacional da empresa de comunicação, o pensamento da linha editorial do veículo, questões comerciais entre outras (NOBLAT, 2003; ARBEX Jr., 2003; TRAQUINA, 2005).

Além disso, o estudo qualitativo permite a flexibilidade e ajustes de métodos durante o desenvolvimento da pesquisa, contrastando com estudos quantitativos, no

qual o desenho experimental é seguido rigidamente e inalterado durante o curso da pesquisa (WHO, 1994; CRESSWELL, 1994,1997; CRABTREE & MILLER, 2000; MERRIAN, 2002). Por outro lado, a investigação qualitativa deve ser olhada com certa reserva quando se trata de generalizar os achados à população geral. Algumas vezes é necessário lançar mão de técnicas quantitativas para validar os resultados e fazer inferências a outras populações (DIAZ *et al.*, 1992; CRESWEEL, 1994; BRYMAN & BURGESS, 1995).

4.3.1 Tamanho da amostra

O tamanho da amostra para este tipo de pesquisa deve ser o suficiente para garantir a inclusão de todos os perfis a serem analisados e que satisfazem aos critérios de amostra pré-estabelecidos. Este fato pôde ser detectado quando os entrevistados chegaram à redundância (nenhuma nova informação relevante é descoberta), momento em que é denominado “ponto de saturação teórica” (PATTON, 1990; DIAZ *et al.*, 1992; MINAYO, 1993; MORSE, 1994; WHO, 1994; TAYLOR & BORGAN, 1998).

É fundamental que o investigador busque, dentro do seu universo, a maior diversidade possível de perfis, saturando adequadamente os dados (VÍCTORA *et al.*, 2000). Desse modo, a pesquisa qualitativa independe de um “*n*” previamente determinado por um cálculo amostral. A validade e a significância dos achados têm maior relação com a riqueza de informação dos casos abordados e com a capacidade de observação e análise do investigador que com o tamanho da amostra (PATTON, 1990; CRESSWELL, 1994).

4.3.2 Características e critérios de inclusão da amostra

Para este estudo a amostra foi composta por profissionais da área de jornalismo (repórteres, jornalistas, colunistas e editores) que publicam matérias relacionadas ao tema drogas nas mais variadas edições** (saúde, segurança, ciência, política, comportamento, entre outros) e que no momento do estudo atuavam cidade de São Paulo.

Para garantir uma amostra com vários perfis, assim como profissionais que realmente estão ligados a publicação de matérias relacionadas ao tema drogas, a amostra foi composta por profissionais de diversas edições com diferentes tempos de formação e que publicaram pelo menos uma matéria relacionada a esse tema nos últimos 12 meses que antecederam a entrevista.

4.3.3 Obtenção da amostra

Para a localização desta população foi utilizado como informante-chave a Assessoria de Imprensa da UNIFESP que possui contato constante com estes profissionais. Informantes-chaves (*Key informants*) são pessoas que possuem um conhecimento especial da população em estudo (WHO, 1994). Como se trata de uma população de fácil localização, ou seja, são pessoas ligadas a empresas de comunicação com endereço e telefones fixos, a Assessoria de Imprensa facilitou o

** Edição de um jornal ou revista refere-se ao departamento responsável pela elaboração de matérias e notícias dentro de um conjunto de temas, por exemplo: edição de política, de esporte, de saúde, entre outros.

contato com estes profissionais indicando quais indivíduos dentro dos principais veículos de comunicação do estado de São Paulo correspondem às características estabelecidas nos critérios de inclusão.

A partir das primeiras entrevistas com esses profissionais, os mesmos foram indicando outros profissionais e a partir da técnica de “bola de neve”, pela qual cada um dos entrevistados indica um outro até alcançar o ponto de “saturação teórica” (GOODMAN, 1961; BIERNACKI & WALDORF, 1981; DIAZ *et al.*, 1992; PATTON, 1990; LAMBERT *et al.*, 1995; STRAUSS & CORBIN, 1998) foi possível atingir um total de 22 profissionais.

4.3.4 Dificuldades na obtenção da amostra

Embora a população pesquisada seja de pessoas de fácil localização, o acesso a estes profissionais nem sempre foi possível. Fatores como falta de tempo ou de interesse dos profissionais em participar das entrevistas foram responsáveis pelo impedimento da realização de 6 entrevistas.

Além disso, colunistas que se enquadravam nos critérios de inclusão da amostra e que tem um espaço reservado dentro do veículo para emitir a opinião pessoal sobre o assunto, em geral são menos freqüentes do que jornalistas e editores e a maioria deles não se localizava em São Paulo ou não dispunham de tempo para a realização da entrevista. Os editores, que são os responsáveis em organizar as matérias a serem elaboradas pelos jornalistas em geral dispunham de

menos tempo e apresentavam menor interesse do que os outros profissionais em participar do estudo.

4.3.5 Instrumentos utilizados

Foram utilizados como instrumentos de investigação a entrevista semi-estruturada por um roteiro de questões, na qual alguns tópicos foram previamente selecionados e estruturados em forma de questões padronizadas e outras desenvolvidas ao longo do diálogo de acordo com a necessidade de compreensão mais ampla (**ANEXO B**). Como os tópicos pré-selecionados são questionados a todos os entrevistados, isto permite a comparabilidade das respostas e facilita a organização dos dados (PATTON, 1990; CRESWELL, 1998).

O roteiro de questões foi construído visando obter informações tanto da história pessoal dos entrevistados quanto de características dinâmicas da atividade jornalística. A elaboração desse roteiro contou com o auxílio de profissionais especialistas que possuem experiência tanto com estudos qualitativos quanto estudos sobre jornalismo e drogas. Este roteiro busca levantar diversos tópicos distribuídos em 18 questões pré-selecionadas.

Os principais tópicos selecionados foram:

- **Apresentação pessoal:** questão inicial que permite ao profissional ficar a vontade para falar sobre ele e se apresentar.

- **História profissional:** busca compreender o caminho percorrido pelo profissional até chegar a escrever textos sobre o tema drogas além de verificar a sua experiência na área.

- **Área de atuação:** verificar quais os tipos de matérias que o profissional costuma publicar e quais as suas áreas de atuação.

- **Frequência de matérias:** verificar a frequência com que esse tema aparece nas suas publicações.

- **Inclusão do tema:** busca verificar porque e de que forma o tema drogas aparece no jornalismo.

- **Fator financeiro:** verificar se a questão da vendagem e o fator financeiro influenciam a dinâmica da atividade.

- **Dificuldades:** verificar quais as principais dificuldades encontradas por esses profissionais para escrever matérias sobre drogas.

- **Cuidados:** verificar quais os principais cuidados a serem tomados e qual a melhor abordagem a ser utilizada quando o tema é “drogas”.

- **Predomínio de temas policiais:** verificar porque o tema é frequentemente ligado a questões policiais.

- **Fontes:** verificar quais são as principais fontes e formas de adquirir conhecimento utilizadas por estes profissionais.

- **Impacto:** verificar como o profissional imagina que é o impacto de suas matérias para os seus leitores.

- **Pensamento:** verificar o que eles pensam sobre as drogas.

- **Soluções:** verificar o que eles imaginam que deva ser feito para lidar com a questão das drogas.

- **Visão sobre a atividade:** verificar como eles vêem a cobertura da imprensa brasileira sobre esse tema.

- **Sugestões:** verificar o que eles acreditam que pode ser feito para melhorar a cobertura do tema no jornalismo brasileiro.

4.3.6 Entrevista

Todas as entrevistas foram realizadas em anonimato, ou seja, nenhum dos entrevistados foi identificado assim como todos concordaram previamente em participar. As entrevistas tiveram em média a duração 90 minutos o que justifica a sua gravação. Procurou-se realizá-las em locais livres de ruído e que mantivessem a proposta de sigilo das declarações. As entrevistas foram gravadas em fita de áudio e as informações contidas nas fitas foram imediatamente transcritas na íntegra logo após a sua realização. Os locais utilizados para entrevista foram escolhidos no sentido de facilitar aos entrevistados a sua aderência ao estudo, sendo realizados, portanto, em suas residências ou em seus locais de trabalho.

4.3.7 Consentimento das informações e aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi previamente encaminhado para análise ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, tendo sido aprovado sem ressalvas (**ANEXO C**). Como visto anteriormente, as entrevistas foram anônimas e aos entrevistados foram fornecidas explicações claras sobre a pesquisa e a entrevista. Foi apresentado, aos mesmos, um consentimento pós-informação, previamente aprovado por este mesmo Comitê de Ética (**ANEXO D**).

Este documento foi lido na íntegra para o entrevistado que uma vez concordado, após o conhecimento do estudo e do conteúdo do consentimento aprovou o uso de suas informações na pesquisa. Para preservar o anonimato dos entrevistados, a identificação das entrevistas foi realizada através de siglas como explicado no item 4.3.7 desta metodologia.

4.3.8 Análise dos dados

Após a gravação das entrevistas, cada um dos entrevistados foi identificado com um código alfanumérico para preservar o anonimato. O código possui 7 dígitos onde o primeiro dígito refere-se a principal área na qual o entrevistado atuava no momento da entrevista. Portanto, o primeiro dígito era denominado pela letra “S” para os profissionais ligados a área de saúde, comportamento, política, ciência, entre outros e pela letra “P” para os profissionais ligados a área de polícia e segurança pública.

O segundo dígito refere-se à função do profissional, “J” para jornalista, “E” para editor e “C” para colunista. O terceiro dígito é o sexo do entrevistado “M” ou “F”, o quarto e quinto dígitos são números que especificam o tempo de carreira do profissional, enquanto que os dois últimos dígitos significam as iniciais do seu nome. Assim, por exemplo: PJF13NR pode ser uma jornalista do sexo feminino que trabalha no jornalismo há 13 anos e atua na área de polícia e segurança pública, chamada Noely Rodrigues.

A amostra codificada ficou: SJM32AB; SJM16RV; SJF15LC; SJF10LM; SJF07MC; SJF06JF; SJF05FL; SJF05GT; SJF05JM; SJF05SA; PJM20JJ; PJM16MG; PJM13DM; PJM07AH; PJM05AC; PJM05MO; PJM03LK; PEF28MG; SEF18CP; SEF12CS; SEF10VK; SCM11JB. Relatos destes entrevistados são transcritos no item “Resultados” e são destacados em *itálico* e identificados com seu código alfanumérico, permitindo melhor compreensão dos dados.

Foram realizadas *leituras flutuantes* das entrevistas para entrar em contato exaustivo com o material. O desmembramento das entrevistas e agrupamento de respostas de acordo com os tópicos e questões perguntadas, ou seja, uma *preparação do material* permitiu categorizar as informações, identificando-se as idéias dos entrevistados em relação ao tema. Cada entrevista foi lida tantas vezes quanto necessário a fim de que as respostas às perguntas feitas ao entrevistado fossem as mais completas e claras possíveis. O entrevistado, na maioria das vezes, voltava à mesma questão ou ao mesmo tópico ao longo da entrevistas por diversas vezes, obrigando o pesquisador a identificar no texto todas as possíveis respostas relativas a uma mesma questão.

A partir da categorização, foi criado um arquivo onde continha todas as respostas de cada entrevistado de acordo com o tópico levantado, ou seja, tabelas temáticas com as frases dos profissionais, a fim de possibilitar o *tratamento dos resultados*, submetendo os dados brutos a operações simples como frequências absolutas e relativas, destacando as informações obtidas. A partir daí, foram feitas inferências, interpretações e hipóteses em relação ao tema investigado, conforme sugerido por Patton (1990), Bryman & Burgess (1992) e Minayo (1993).

4.3.9 Porcentagem

Em geral, os comentários baseados em porcentagens resultam bastante áridos tornando-se pesados para o leitor. Dessa forma foram utilizadas no texto expressões que equivalem às porcentagens para melhorar a qualidade da narrativa e suavizar o conteúdo. A escala a seguir (DIAZ, *et. al.*, 1992) reproduz as frases empregadas:

Expressões	%
Todos	100
Quase todos	90-99
A maior parte	75-89
A maioria	55-74
Um pouco mais do que a metade	52-54
A metade	49-51
Um pouco menos que a metade	46-48
Mais de 1/3	36-45
Aproximadamente 1/3	31-35
Mais da quarta parte	26-30
Aproximadamente a quarta parte	24-26
Menos de uma quarta parte	16-23
Uma minoria	15 ou menos
Somente alguns...	

5 - RESULTADOS

5.1 Resultados referentes à análise do material publicado (estudo I)

Das 2.510 matérias selecionadas sobre álcool, tabaco, maconha, derivados da coca e drogas não-especificadas (1.110 em 2000 e 1.400 em 2003) a maioria foi relacionada a temas ligados ao tráfico de drogas, aproximadamente 2/3 do material em ambos os anos. Em 2003, o número de matérias relacionadas ao tráfico foi maior do que em 2000, porém esta diferença não foi significativa ($\chi^2=2,21$; $p=0,14$).

Tabela 1 – Distribuição das 2.510 matérias selecionadas de acordo com o ano e a classificação temática

Classificação temática	Ano de 2000		Ano de 2003	
	N	%	N	%
Não relacionada ao tráfico	367	33,1	424	30,3
Relacionada ao tráfico	743	66,9	976	69,7
Total	1110	100	1400	100

$\chi^2=2,21$; $p=0,14$

A desproporção entre matérias relacionadas ao tráfico de drogas e as não-relacionadas pode ser atribuída principalmente aos jornais (publicação diária) que em geral privilegiaram matérias enfocando o tráfico de drogas. Já nas revistas (publicação semanal) e no jornal *Correio Brasiliense* não houve predomínio desses temas (**Tabela 2**).

Das 791 matérias submetidas à análise de conteúdo (367 em 2000 e 424 em 2003), ou seja, matérias não ligadas ao tráfico de drogas, o tabaco e as drogas não-especificadas foram as mais enfocadas em ambos os anos. No entanto, houve uma diminuição significativa ($\chi^2=24,02$; $p<0,01$) das matérias sobre tabaco e um aumento significativo ($\chi^2=15,9$; $p<0,01$) das matérias sobre drogas não-especificadas no ano

de 2003. Além disso, houve um aumento significativo ($\chi^2=10,6$; $p<0,01$) de matérias sobre o álcool em 2003, enquanto que para a maconha e os derivados da coca não houve mudança significativa de um ano para o outro. Derivados da coca foram as drogas menos enfocadas em ambos os anos (**Figura 1**).

Tabela 2 – Distribuição das 2.510 matérias selecionadas de acordo com o ano e o veículo

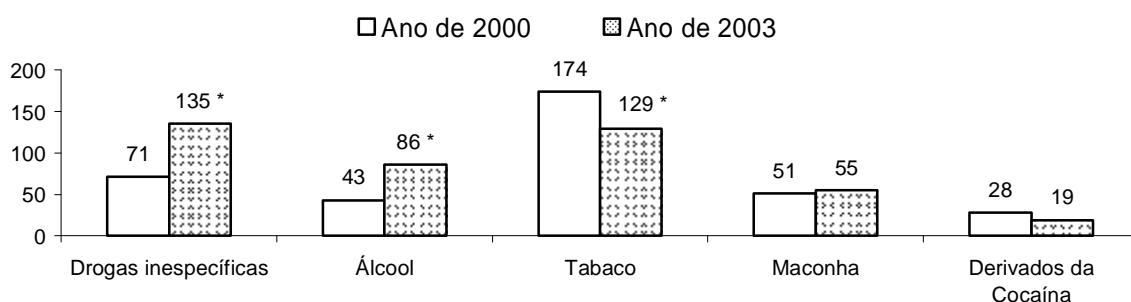
Veículo	Ano de 2000		Ano de 2003		Total
	Não tráfico	Tráfico	Não tráfico	Tráfico	
O Estado de São Paulo	67 18,3%	159 21,5% **	78 18,4%	243 24,9% **	547 21,8%
Folha de São Paulo	81 22,1%	167 22,5% **	118 27,8%	189 19,4% *	555 22,1%
O Globo	65 17,7%	193 26,0% **	76 17,9%	256 26,3% **	590 23,5%
Jornal do Brasil	55 15,0%	156 21,1% **	50 11,8%	191 19,6% **	452 18,0%
Correio Brasiliense	39 10,6%	45 6,1%	34 8,0%	53 5,4%	171 6,8%
Revista Veja	29 7,9%	12 1,6%	30 7,1%	8 0,8% **	79 3,2%
Revista Isto É	20 5,4%	7 0,9%	18 4,2%	18 1,8%	63 2,4%
Revista Época	11 3,0%	4 0,5%	20 4,7%	18 1,8%	53 2,1%
Total	367	743	424	976	2510

* $p<0,05$

** $p<0,01$

Quanto ao tamanho da matéria, aproximadamente metade das matérias (51,5% em 2000 e 48,8% em 2003) foram do tipo nota, ou seja, matérias mais curtas, enquanto que as matérias mais longas do tipo reportagem foram um pouco mais que 1/3 do material analisado (38,4% em 2000 e 36,3% em 2003). Outras matérias como editoriais, entrevistas, artigos e colunas foram menos presentes (10,1% em 2000 e 14,9% em 2003), no entanto, houve um aumento significativo ($\chi^2=4,1$; $p<0,05$) dessas matérias no ano de 2003.

Figura 1 – Distribuição das 791 matérias analisadas de acordo com o ano e o tipo de droga



* - p<0,01

Tabela 3 – Distribuição das 791 matérias analisadas de acordo com o ano e o tipo de abordagem

**	Ano de 2000		Ano de 2003	
	N	%	N	%
Contextual	164	44,7	151	35,6 *
Contextual explicativa	99	27,0	109	25,7
Factual	67	18,3	98	23,1
Avaliativa	19	5,2	36	8,5
Propositiva	18	4,9	30	7,1
Total	367	100	424	100

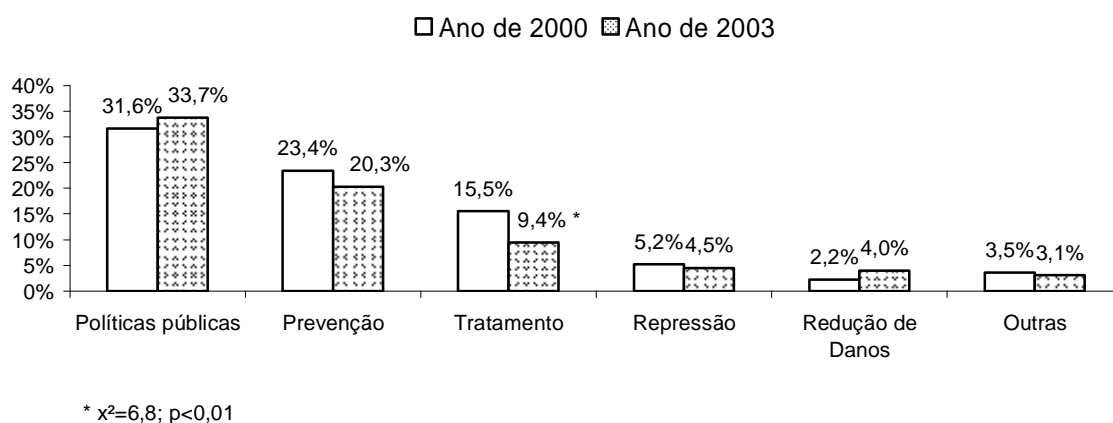
* p<0,01

** Vide definições no Anexo A (p. 101)

Em relação ao tipo de abordagem (**Tabela 3**), a maioria das matérias (44,7% em 2000 e 35,6% em 2003) teve uma abordagem contextual, ou seja, citaram pelo menos uma fonte. No entanto, houve uma diminuição significativa ($\chi^2=6,8$; $p<0,01$) desse tipo de abordagem em 2003. Uma abordagem mais profunda, utilizando um número maior de fontes (contextual explicativa), esteve presente em aproximadamente 1/4 das matérias (27% em 2000 e 25,7% em 2003). Abordagens factuais, avaliativas e propositivas foram menos utilizadas.

Mais da metade das matérias (65,1% em 2000 e 59% em 2003) apontou algum tipo de solução para lidar com a questão (**Figura 2**). Políticas públicas, seguido de prevenção, tratamento, repressão e redução de danos foram as principais medidas apontadas. Não ocorreram mudanças significativas de um ano para o outro, com exceção para tratamento, onde em 2003 houve uma diminuição significativa ($\chi^2=6,8$; $p<0,01$).

Figura 2 – Principais soluções apontadas nas matérias para lidar com o problema das drogas nos anos de 2000 e 2003



Entre as fontes mais utilizadas nas matérias, dados oficiais de políticas públicas, leis e políticos seguidos de pesquisas científicas foram as principais em ambos os anos, porém, houve diminuição significativa ($\chi^2=5,03$; $p<0,05$) da utilização de pesquisas científicas no ano de 2003. Em seguida destacaram-se fontes como profissionais tanto especialistas quanto não-especialistas em drogas. Usuários e familiares de usuários e/ou dependentes foram fontes menos citadas (**Tabela 4**).

Tabela 4 – Principais fontes utilizadas nas matérias analisadas nos anos de 2000 e 2003

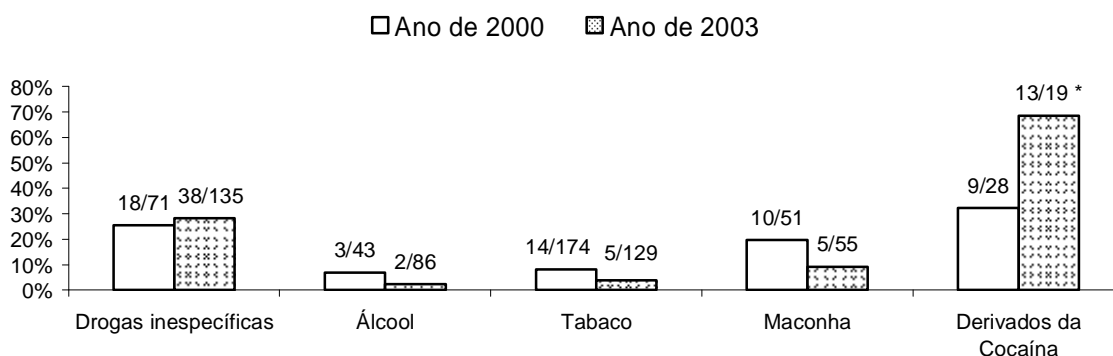
Tipo de fonte (*)	Ano de 2000		Ano de 2003	
	N	%	N	%
Políticas / leis / políticos	149	40,6	154	36,3
Pesquisa científica	144	39,2	134	31,6 **
Especialistas em drogas	74	20,2	82	19,3
Profissionais não especialistas em droga	71	19,3	105	24,8
Usuários	40	10,9	39	9,2
Familiares	12	3,3	19	4,5
Outra	69	18,8	46	10,8 *

(*) um artigo pode mencionar mais de uma fonte

* p<0,01

** p<0,05

Figura 3 – Matérias que atribuíram adjetivação pejorativa ao usuário, de acordo com o ano e o tipo de droga

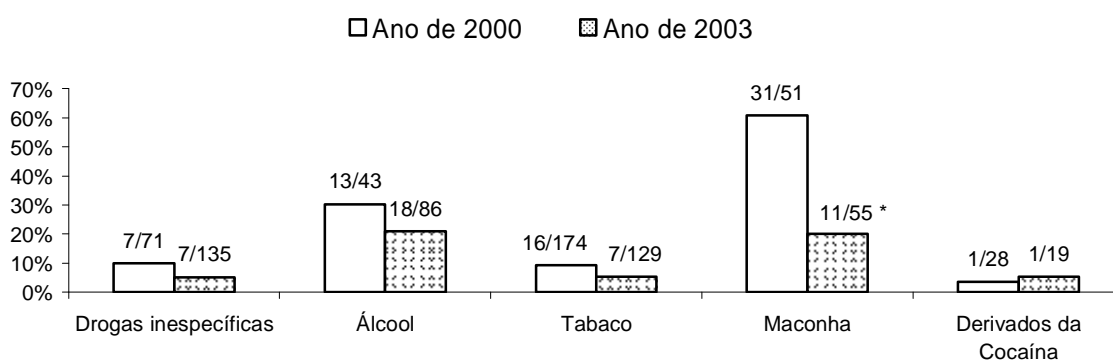


* p<0,01

A **Figura 3** indica as matérias que atribuíram qualidades pejorativas aos usuários utilizando termos tais como “viciado” e/ou “drogado”. A prevalência destas características difere de uma droga para outra. Nas matérias sobre derivados da coca, drogas não-especificadas e maconha, a utilização destes termos foi mais freqüente. No entanto, vale destacar que no ano de 2003 matérias sobre derivados da coca fizeram uso significativamente maior destes termos em relação ao álcool, tabaco e a maconha (teste Fisher, p<0,01) e para as drogas não-especificadas ($\chi^2=13,4$; p<0,01). Matérias sobre casos de violência em família cometidos por

usuários de cocaína como “Jovem viciado degola a avó” (*Correio Brasiliense*, janeiro 31, 2003), “Morte em casa” (*Época*, abril 7, 2003) e “Drogado, jovem corta orelha de empregada” (*O Estado de São Paulo*, outubro 24, 2003) são alguns exemplos que representam esse tipo de matéria.

Figura 4 – Matérias que admitiram função positiva da droga, de acordo com o ano e o tipo de droga



* p<0,01

A **Figura 4** indica as matérias que admitiram função positiva da droga tais como proporcionar prazer, alívio de desconforto e/ou desprazer e capacidade terapêutica. A maconha foi destacada principalmente sobre a sua capacidade terapêutica, sendo significativamente maior em relação ao tabaco ($\chi^2=63,5$; $p<0,01$ em 2000 e $\chi^2=9,3$; $p<0,01$ em 2003), aos derivados da coca ($\chi^2=24,5$; $p<0,01$ em 2000) e às drogas não-especificadas ($\chi^2=35,9$; $p<0,01$ em 2000 e $\chi^2=10$; $p<0,01$). Já as matérias sobre o álcool destacaram a sua capacidade de proporcionar prazer e aliviar tensões, sendo significativamente maior em relação ao tabaco ($\chi^2=13,2$; $p<0,01$ em 2000 e $\chi^2=12,07$; $p<0,01$ em 2003) e aos derivados da coca ($\chi^2=7,6$; $p<0,01$ em 2000). Matérias sobre o álcool como “Velha companheira de trabalho” (*Folha de São Paulo*, maio 26, 2000) ou “Happy hour na berlinda” (*O Globo*, agosto 24, 2003) e sobre maconha como “Erva milagrosa” (*Revista Época*, janeiro 13, 2000)

ou “Maconha trata esclerose múltipla” (*O Globo*, novembro 8, 2003) são exemplos de matérias que admitiram funções positivas dessas drogas.

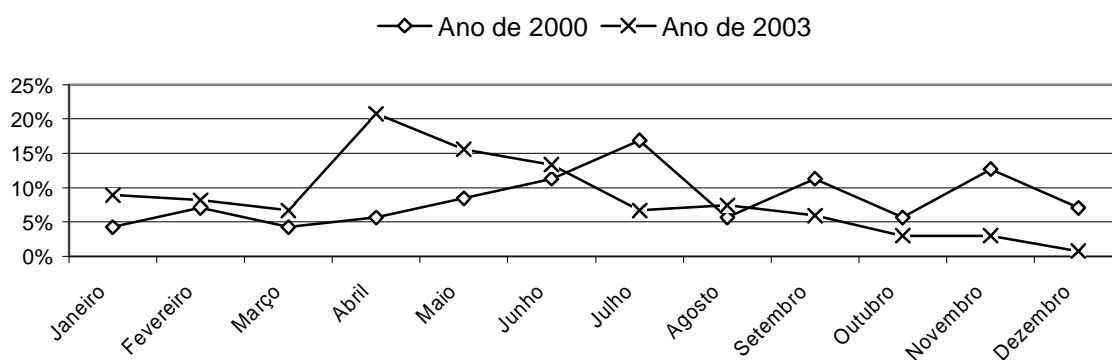
Possíveis causas que justifiquem ou levem as pessoas a usarem drogas foram citadas por apenas 5,7% em 2000 e 4,1% em 2003. A utilização de personagens esteve presente em menos de 20% das matérias de cada droga, não favorecendo nenhum perfil quanto ao sexo, faixa etária ou a condição do usuário. A abordagem sobre a família teve um aumento significativo ($\chi^2=11,6$; $p<0,01$) de 11,2% em 2000 para 20% em 2003. Esse aumento se deu principalmente nas matérias sobre derivados da coca e drogas não-especificadas, onde em sua maioria a família aparece como vítima da agressão de usuários.

5.1.1 Matérias relacionadas às drogas não-especificadas (textos genéricos)

Matérias que não especificaram o tipo de droga, indicando drogas de maneira geral foram bastante numerosas, principalmente quando consideramos as matérias ligadas ao tráfico de drogas (546 em 2000 e 671 em 2003) onde a diferença para as demais matérias (não-relacionadas ao tráfico) é bastante significativa ($\chi^2=214,8$; $p<0,01$ em 2000 e $\chi^2=203,1$; $p<0,01$ em 2003).

No entanto, para as matérias não-relacionadas ao tráfico, submetidas à análise de conteúdo, houve um aumento significativo em 2003 (**Figura 1 – pág. 40**). A maioria das matérias foi do tipo nota (46,5% em 2000 e 40,7% em 2003), no entanto, vale destacar que matérias do tipo entrevista, editorial, artigo e colunas tiveram um aumento significativo ($\chi^2=8,3$; $p<0,01$) de 8,5% em 2000 para 25,2% em 2003.

Figura 5 – Freqüência de matérias sobre drogas não-especificadas durante os anos de 2000 e 2003



A **Figura 5** demonstra que houve um pico nos meses de junho (11,3%) e julho (16,9%) do ano de 2000, no entanto, esse crescimento não se deve a um fato isolado, mas sim a publicação de várias matérias com diversos enfoques temáticos. Já no ano de 2003, o pico no mês de abril (20,7%) foi devido a notícias relacionadas a casos de violência, principalmente dentro do ambiente familiar, devido ao uso de drogas. Em maio (15,6%) a discussão desse tema continuou, porém, com menor intensidade.

Os principais temas discutidos nas matérias sobre drogas não-especificadas (**Tabela 5**) no ano de 2000 referiam-se a políticas públicas (26,8%), principalmente discussões sobre a legislação das drogas – “Drogas: uma nova lei” (*O Globo*, abril 26, 2000), seguido de prevenção (22,5%), com matérias sobre campanhas – “Consumo de drogas é tema de campanha da fraternidade” (*Jornal do Brasil*, novembro 3, 2000). Já no ano de 2003 temas referentes a políticas públicas (31,9%) permaneceram em destaque, sobretudo em relação à descriminalização – “Saúde quer que uso de drogas não seja crime” (*Folha de São Paulo*, abril 14, 2003) e a mudanças relativas à SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas) – “Entidades pedem nova política de drogas” (*Folha de São Paulo*, fevereiro 6, 2003). Em seguida, temas ligados a conseqüências do uso (19,3%) foram mais presentes, principalmente em

relação à dependência – “Drogas, recuperar é possível” (*O Estado de São Paulo*, setembro 15, 2003) e a violência praticada pelo usuário – “Tragédia das drogas destrói duas famílias” (*O Globo*, abril 19, 2003).

Tabela 5 – Principais temas enfocados nas matérias sobre drogas não-especificadas nos anos de 2000 e 2003

Tema central da matéria	Ano de 2000		Ano de 2003	
	N	%	N	%
Conseqüências do uso	8	11,3	26	19,3
Dependência / uso	1	1,4	2	1,5
Divulgação de pesquisas/estatísticas	13	18,3	11	8,1 *
Drogas relacionadas a ambientes específicos	0	0,0	2	1,5
Família (participação / responsabilidade)	1	1,4	11	8,1 *
Política Pública	19	26,8	43	31,9
Prevenção	16	22,5	19	14,1
Publicidade/campanhas	0	0,0	6	4,4
Redução de danos	6	8,5	2	1,5 *
Repressão / Combate	0	0,0	1	0,7
Restrição / Proibição	1	1,4	0	0,0
Soluções/intervenções para a questão das drogas	1	1,4	0	0,0
Tratamento / Dicas p/ parar o uso	0	0,0	5	3,7
Outros temas	5	7,0	7	5,2
Total	71	100	135	100

* - $p < 0,05$

Vale destacar ainda que temas como divulgação de pesquisas e estatísticas teve uma diminuição significativa ($\chi^2=4,7$; $p < 0,05$) de 18,3% em 2000 para 8,1% em 2003, assim como redução de danos (teste Fisher; $p < 0,05$) de 8,5% em 2000 para 1,5% em 2003. Temas enfocando a família tiveram um aumento significativo (teste Fisher, $p < 0,05$) de 1,4% em 2000 para 8,1% em 2003, motivados principalmente pelos casos de agressão ocorridos em família relacionados ao uso de drogas.

Em relação às políticas públicas, vale destacar que no ano de 2003 a discussão foi mais intensa e elas apontaram na direção a descriminalização (26,2%) e legalização (11,9%), no sentido de considerar o usuário de drogas não mais como um criminoso, mas sim como uma pessoa que necessita da atenção de profissionais

da área da saúde. Além disso, discussões referentes a mudanças na SENAD estiveram presentes em aproximadamente 25% das matérias que discutiram políticas públicas.

Devido principalmente aos casos de violência dentro do ambiente familiar noticiados em 2003, a discussão em torno da família teve um aumento significativo ($\chi^2=5,8$; $p<0,05$), onde aproximadamente 20% das matérias apontaram conseqüências ligadas a violência praticada pelo usuário, no entanto, a dependência foi a principal conseqüência relacionada ao uso das drogas em ambos os anos (42,3% em 2000 e 35,6% em 2003).

Entre as fontes mais utilizadas, políticas públicas, leis e/ou políticos foram as principais em ambos os anos. No entanto, houve uma diminuição significativa ($\chi^2=4,6$; $p<0,05$) de 47,9% em 2000 para 32,6% em 2003. Em seguida aparecem as pesquisas científicas (21,1% em 2000 e 23% em 2003). Fontes como profissionais não-especialistas em drogas, assim como os especialistas aumentaram significativamente ($\chi^2=4,7$; $p<0,05$) de 14,1% em 2000 para 27,4% em 2003.

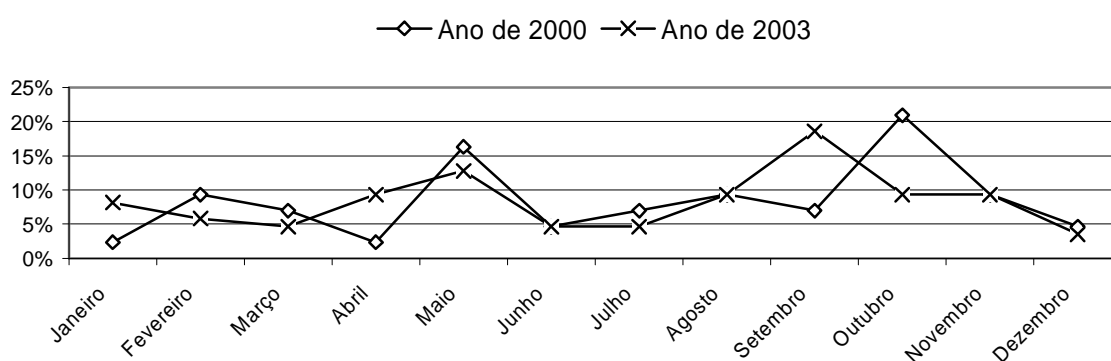
5.1.2 Matérias relacionadas ao álcool

Se considerarmos todas as matérias selecionadas independente da droga, inclusive as ligadas ao tráfico, o álcool é a droga com menor freqüência. No entanto, em 2003 houve um aumento significativo ($\chi^2=10,6$; $p<0,01$) de matérias sobre álcool, praticamente o dobro de matérias em relação ao primeiro ano (**Figura 1 – pág. 40**). Além disso, as matérias ocuparam maior espaço em 2003 e abordaram o tema de maneira mais ampla, onde 39,5% das matérias eram apresentadas em forma de

reportagem e 33,7% dos textos continham uma abordagem contextual explicativa, enquanto que no ano de 2000, a maioria das matérias (67,4%) foram notas sobre o assunto.

Na **Figura 6** pode-se observar que em ambos os anos analisados ocorreram picos no mês de maio, porém essa coincidência não pode ser atribuída a uma frequência esperada neste período, pois no ano de 2000 essa frequência foi devida a um maior número de estudos e pesquisas divulgadas, enquanto que em 2003 esta frequência refere-se a um número maior de matérias discutindo políticas públicas sobre o álcool, além da divulgação de uma pesquisa científica que relacionava o álcool com a violência. O maior pico no ano de 2000 foi no mês de outubro, cerca de 20% do material. No entanto, este pico não tem nenhuma relação com algum tema ou fato isolado. Já no ano de 2003 o maior pico se deu em setembro, as matérias em geral discutiam sobre restrições às propagandas de bebidas alcoólicas. Os meses de dezembro e janeiro foram os meses de menor frequência.

Figura 6 – Frequência de matérias sobre álcool durante os anos de 2000 e 2003



Os principais temas discutidos nas matérias sobre o álcool (**Tabela 6**) referiam-se às conseqüências do uso e políticas públicas para o setor. Entretanto, é interessante destacar que houve uma inversão no foco quando comparamos um

período com o outro. Conseqüências do uso foi o principal foco no ano de 2000, com 34,9% de matérias, enquanto que no ano de 2003 diminuiu para 26,7% do material. Já o tema políticas públicas para o setor foi o segundo principal tema abordado em 2000 em 14% das matérias, aumentando significativamente ($\chi^2=6,2$; $p<0,05$) para 34,9% do material no ano de 2003.

Tabela 6 – Principais temas enfocados nas matérias sobre álcool nos anos de 2000 e 2003

Tema central da matéria	Ano de 2000		Ano de 2003	
	N	%	N	%
Causas	2	4,7	0	0,0
Conseqüências do uso	15	34,9	23	26,7
Dependência / uso	0	0,0	3	3,5
Divulgação de pesquisas/estatísticas	4	9,3	10	11,6
Facilidade / Dificuldade no acesso	1	2,3	2	2,3
Política Pública	6	14,0	30	34,9 *
Prevenção	1	2,3	3	3,5
Repressão / Combate	1	2,3	1	1,2
Restrição / Proibição	2	4,7	5	5,8
Tratamento / Dicas p/ para o uso	5	11,6	3	3,5
Uso Terapêutico	4	9,3	2	2,3
Outros temas	2	4,7	4	4,7
Total	43	100	86	100

* - $p<0,05$

No ano de 2000, as conseqüências referiam-se principalmente a problemas de saúde física (20,9%), acidentes (16,3%) geralmente relacionados com a questão “beber e dirigir” e outras conseqüências (14%) como o risco de se contrair doenças sexualmente transmissíveis ou engravidar indesejadamente. Já no ano de 2003, os acidentes (30,2%) principalmente os de trânsito foram os mais mencionados, seguidos de dependência (23,3%) onde é importante considerar que as revistas atentaram-se mais para a questão do alcoolismo em mulheres. Em 2003 houve uma atenção maior para a violência praticada pelo usuário (17,4%) como uma conseqüência relacionada diretamente ao consumo de álcool.

As principais políticas públicas para o setor, mencionada em ambos os anos, referiam-se à restrição das propagandas de bebidas alcoólicas e a alterações na legislação. No ano de 2003 a discussão acerca da restrição das propagandas foi maior, matérias como “Ministro admite ampliar debate sobre veto a propaganda de cerveja” (*O Estado de São Paulo*, maio 27, 2003) e “Sexo e bichinhos ficam de fora” (*Revista Veja*, outubro 1, 2003).

Alterações na legislação foram mais específicas em 2003, com discussões acerca de medidas tais como a proibição de vendas em determinados locais “Deputados votam ‘pacote’ de segurança” (*Folha de São Paulo*, junho 23, 2003), maior severidade nas punições a motoristas embriagados “Projeto amplia pena para quem dirigir bêbado” (*O Estado de São Paulo*, outubro 31, 2003) e a obrigatoriedade da advertência nos rótulos de bebidas alcoólicas “Bebidas trarão frase de alerta em seus rótulos” (*Folha de São Paulo*, maio 29, 2003).

Possíveis soluções e intervenções para lidar com problemas relacionados ao álcool tiveram um aumento significativo ($\chi^2=5,25$; $p<0,05$) em 2003, presentes em aproximadamente 67% do material. Entre as principais formas de intervenção, destacaram-se políticas públicas para o setor (30% em 2000 e 65,5% em 2003), seguidas de prevenção (25% em 2000 e 29,3% em 2003) e tratamento (25% em 2000 e 10,3% em 2003).

Entre os veículos analisados deve-se destacar principalmente o jornal *Folha de São Paulo*, que abordou o tema de forma mais freqüente, aprofundada e variada, além de ser o único dos jornais analisados a publicar matérias em cadernos destinados ao público jovem. Em relação às revistas, vale ressaltar a *Revista Isto É*, que no ano de 2003 enfatizou mais o tema álcool em suas edições, com reportagens mais amplas do que as outras revistas.

Entre as principais, no ano de 2000 as pesquisas científicas (60,5%) foram as mais utilizadas, porém, houve diminuição significativa ($\chi^2=5,6$; $p<0,05$) para 38,4% em 2003. Já as fontes como políticas públicas, políticos e/ou leis aumentaram significativamente ($\chi^2=7,5$; $p<0,01$) de 18,6% em 2000 para 43% em 2003, assim como os profissionais não-especialistas em drogas que em 2000 aumentaram significativamente ($\chi^2=5,3$; $p<0,05$) de 9,3% para 26,7%. Essas mudanças deveram-se principalmente às matérias que enfocaram políticas públicas para o álcool no ano de 2003.

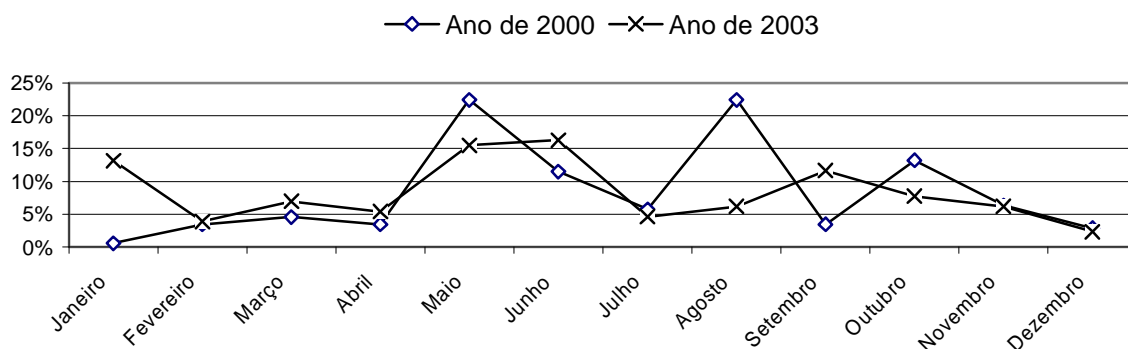
O papel e a participação da família estiveram pouco presente nas matérias relacionadas ao álcool. No ano de 2000 a família foi mencionada em apenas 7% do material, enquanto que no ano de 2003 houve um aumento, porém não significativo ($\chi^2=2,2$; $p=0,14$) para 16,3%. Em 2003 a família aparece mais como vítima da agressão de usuários em 50% das matérias em que ela foi referida e como fator desencadeador para o início do uso em 35,7%.

5.1.3 Matérias relacionadas ao tabaco

As matérias relacionadas ao tabaco foram as mais numerosas em ambos os anos, mesmo havendo diminuição significativa no ano de 2003 (**Figura 1 – pág. 40**). De modo geral, não houve muita diferença na configuração das matérias de um ano para o outro. A maioria foi apresentada em forma de nota (48,9% em 2000 e 47,3% em 2003) utilizando um nível de abordagem contextual, ou seja, conduzindo o leitor a entender sobre o que se tratava a notícia, porém utilizando não mais que uma fonte por matéria.

O tabaco apresentou picos em maio em ambos os anos (22,4% em 2000 e 15,5% em 2003). Isto foi devido principalmente a fatos e eventos relacionados com o dia internacional de combate ao tabagismo (31 de maio). No entanto, o pico em agosto de 2000 (22,4%) não coincide com nenhum tema específico, mas sim a diversos temas publicados durante esse mês. Em 2003 o pico de junho se referiu à aderência do Brasil ao tratado da OMS (Organização Mundial de Saúde) contra o tabaco e o mês de setembro às restrições da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) sobre as campanhas de “fumar com moderação” lançada pela empresa de tabaco Souza Cruz (**Figura 7**).

Figura 7 – Freqüência de matérias sobre tabaco durante os anos de 2000 e 2003



De acordo com a **Tabela 7**, percebe-se que o tema enfocando políticas públicas (39,7% em 2000 e 44,2% em 2003) foi o mais abordado. Vale destacar que nos anos analisados houve diversas discussões e mudanças políticas em torno do tabaco. Em 2000 foram realizadas medidas políticas nacionais referentes à restrição da propaganda de cigarro e em 2003 foi assinado por diversos países um acordo mundial de combate ao tabagismo. Em 2003 houve um aumento significativo de matérias enfocando a divulgação de pesquisas e estatísticas ($\chi^2=8,5$; $p<0,05$) assim

como temas sobre prevenção ($\chi^2=4,4$; $p<0,05$), por outro lado, matérias enfocando conseqüências do uso foram menos freqüentes ($\chi^2= 11,03$; $p<0,05$).

Tabela 7 – Principais temas enfocados nas matérias sobre tabaco nos anos de 2000 e 2003

Tema central da matéria	Ano de 2000		Ano de 2003	
	N	%	N	%
Causas	1	0,6	0	0
Conseqüências do uso	38	21,8	10	7,8 *
Dependência / uso	6	3,4	1	0,8
Divulgação de pesquisas/estatísticas	14	8,0	25	19,4 *
Drogas relacionadas a ambientes específicos	2	1,1	0	0
Família (participação / responsabilidade)	1	0,6	0	0
Política Pública	69	39,7	57	44,2
Prevenção	7	4,0	13	10,1 *
Publicidade/campanhas	4	2,3	1	0,8
Restrição / Proibição	3	1,7	2	1,6
Soluções/intervenções para a questão das drogas	1	0,6	0	0
Tratamento / Dicas p/ para o uso	11	6,3	8	6,2
Uso Terapêutico	3	1,7	0	0
Outros temas	14	8,0	12	9,3
Total	174	100	129	100

* - $p<0,05$

Embora em 2003 a prevenção tenha sido mais enfocada, é importante considerar que esta forma de intervenção foi a segunda mais citada em ambos os anos (41% em 2000 e 33,3% em 2003) ficando atrás somente de políticas públicas para o setor (61,5% em 2000 e 65,6% em 2003) que foi o principal tema discutido. Embora menos freqüente, temas relacionados ao tratamento ou dicas para quem pretende parar de fumar estiveram presentes em aproximadamente 6% das matérias em ambos os anos.

Entre as principais políticas públicas para o setor, em ambos os anos as restrições à propaganda de cigarro foram as mais citadas - “Serra propõe acordo contra o fumo” (*Jornal do Brasil*, junho 8, 2000) e “O cerco ao cigarro” (*Revista Veja*, março 26, 2003). Entre outras, destacam-se medidas como o aumento de imposto

sobre o produto, incentivo a política de controle de venda e em 2003 a obrigatoriedade de alterações das mensagens nas embalagens de cigarro, assim como a mudança das fotos nas embalagens de cigarros que fizeram parte de uma campanha de prevenção.

Políticas públicas, leis e políticos (45,4% em 2000 e 54,3% em 2003) e pesquisas científicas (42% em 2000 e 38% em 2003) foram as principais fontes utilizadas nas matérias em ambos os anos. Além dessas fontes, merece destaque os números e dados da Organização mundial de Saúde (OMS) que auxiliaram as matérias a embasar as reportagens.

Em relação às conseqüências provocadas pelo uso do tabaco, problemas de saúde física (52,3% em 2000 e 48,8% em 2003) tiveram destaque – “Fumo é causa de infecção na gengiva” (*Jornal do Brasil*, maio 30, 2000) e “Cigarro: o grande vilão” (*Revista Época*, setembro 21, 2003), seguidos de dependência (40,8% em 2000 e 33,3% em 2003) e morte (28,7% em 2000 e 24,8% em 2003).

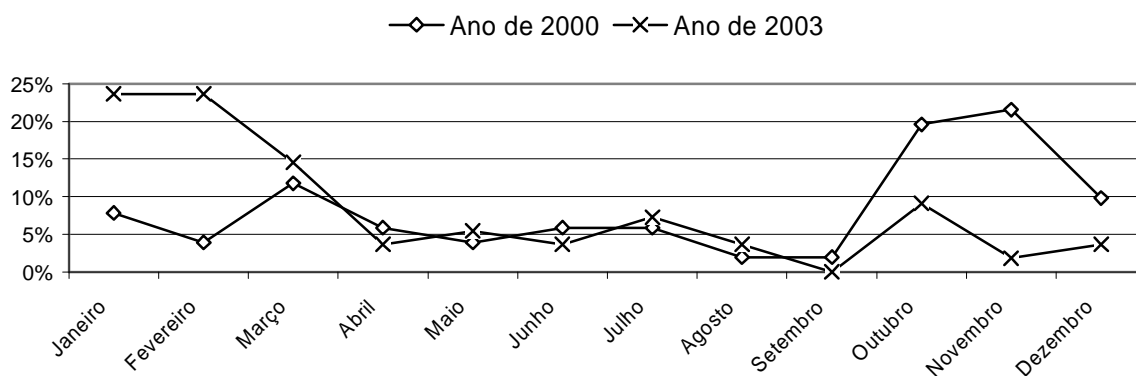
5.1.4 Matérias relacionadas à maconha

As matérias relacionadas ao tráfico de maconha (89 em 2000 e 168 em 2003) foram significativamente maiores do que as matérias não ligadas ao tráfico ($\chi^2=5,2$; $p<0,05$ em 2000 e $\chi^2=30,6$; $p<0,01$ em 2003). Além disso, houve aumento significativo ($\chi^2=9,6$; $p<0,01$) de matérias ligadas ao tema tráfico entre o ano de 2000 e 2003. Para as matérias não-relacionadas ao tráfico, submetidas à análise de conteúdo, não houve mudança significativa no número de matérias entre os anos analisados (**Figura 1 – pág. 40**). No entanto, vale destacar que houve uma

diminuição significativa ($\chi^2=6,9$; $p<0,01$) de 27,5% em 2000 para 5,5% em 2003 das matérias que apresentaram um nível de abordagem contextual explicativa, ou seja, que utilizaram mais de uma fonte.

Em 2000 o maior pico de matérias se deu em outubro (19,6%) e novembro (21,6%), porém, não vinculado a um assunto específico, mas sim a diferentes e variadas divulgações científicas acerca da capacidade terapêutica da maconha para uso medicinal. Já em 2003, as matérias relacionadas a um caso de doping por maconha foram responsáveis pelos picos de janeiro e fevereiro, atingindo 23,6% de matérias em ambos os meses (**Figura 8**).

Figura 8 – Freqüência de matérias sobre maconha durante os anos de 2000 e 2003



Quanto aos temas enfocados (**Tabela 8**), o ano de 2000 apresentou maior diversidade de temas, com destaque para políticas públicas (27,5%) – “Canadá venderá maconha para doentes” (*O Globo*, setembro 11, 2000), uso terapêutico (19,6%) – “Maconha para aliviar a dor do câncer” (*Correio Brasiliense*, janeiro 22, 2000) e questões sobre a dependência da maconha (11,8%) – “Maconha e dependência” (*Folha de São Paulo*, fevereiro 21, 2000) entre as principais questões

discutidas. Já no ano de 2003 o enfoque maior das matérias concentrou-se sobre o caso de doping por maconha de um jogador da seleção brasileira de vôlei (54,5%) – “Giba reconhece erro e pensa no futuro” (*O Globo*, março 14, 2003), seguido do tema conseqüências do uso (21,8%) – “Baforadas perigosa” (*Revista Isto É*, outubro 25, 2003), principalmente no que se refere à dependência e problemas de saúde física.

Tabela 8 – Principais temas enfocados nas matérias sobre maconha nos anos de 2000 e 2003

Tema central da matéria	Ano de 2000		Ano de 2003	
	N	%	N	%
Casos de Doping	0	0,0	30	54,5 *
Conseqüências do uso	5	9,8	12	21,8
Dependência / uso	6	11,8	0	0,0 *
Divulgação de pesquisas/estatísticas	5	9,8	3	5,5
Família (participação / responsabilidade)	2	3,9	0	0,0
Outros temas	7	13,7	1	1,8 *
Política Pública	14	27,5	4	7,3 *
Prevenção	1	2,0	0	0,0
Repressão / Combate	1	2,0	0	0,0
Tratamento / Dicas p/ para o uso	0	0,0	1	1,8
Uso Terapêutico	10	19,6	4	7,3
Total	51	100	55	100

* - $p < 0,05$

Sobre as conseqüências relacionadas ao uso da maconha, problemas de saúde física (23,5% em 2000 e 12,7% em 2003) e dependência (19,6% em 2000 e 9,1% em 2003) foram as principais. Já em relação aos veículos é interessante destacar que houve uma inversão na quantidade de matérias, enquanto em 2000 os jornais paulistas (*Folha de São Paulo* – 25,5% e *Estado de São Paulo* – 21,6%) foram os que mais publicaram matérias sobre o tema, em 2003 os jornais fluminenses (*O Globo* – 29,1% e *Jornal do Brasil* – 18,2%) lideraram as publicações, sobretudo na cobertura das matérias sobre casos de doping.

As principais soluções e intervenções citadas nas discussões sobre a maconha, tanto no ano de 2000 como no ano de 2003, referem-se a políticas públicas específicas para o setor, principalmente exemplos de alterações nas legislações de outros países que permitem a utilização da maconha para fins medicinais, tornando essa medida presente na pauta da agenda pública referente à maconha. Houve uma diminuição significativa ($\chi^2=16,5$; $p<0,1$) no número de soluções apontadas de 49% em 2000 para 12,7% em 2003.

Políticas públicas, políticos e/ou leis foi a principal fonte citada no ano de 2000 (47,1%) diminuindo significativamente ($\chi^2=24,1$; $p<0,01$) para 5,5% em 2003. Em seguida aparecem fontes como pesquisas científicas (41,2% em 2000 e 32,7% em 2003), profissionais não-especialistas em droga (25,5% em 2000 e 27,3% em 2003) e especialistas em droga (15,7% em 2000 e 10,9% em 2003).

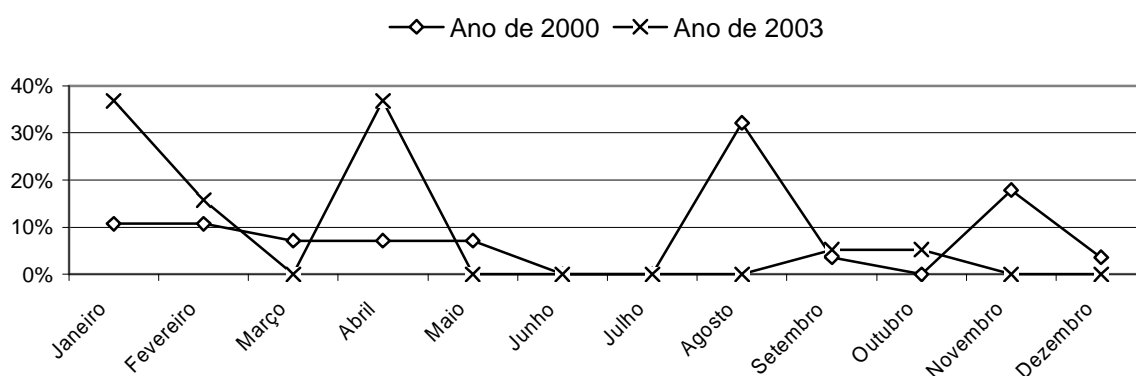
5.1.5 Matérias relacionadas aos derivados da coca

As matérias relacionadas ao tráfico de cocaína e crack (108 em 2000 e 137 em 2003) foram significativamente maiores ($\chi^2=25,7$; $p<0,01$ em 2000 e $\chi^2=52$; $p<0,01$ em 2003) do que as matérias não-ligadas ao tráfico. Estas últimas, submetidas à análise de conteúdo, não houve mudança significativa no número de matérias entre os anos analisados (**Figura 1 – pág. 40**). De maneira geral os textos tiveram uma cobertura bastante superficial e tiveram um número menor de matérias comparado com as demais drogas.

Casos envolvendo personalidades conhecidas como um ex-cantor Rafael Ilha e o ex-jogador de futebol Maradona, assim como a divulgação de novas pesquisas e formas de tratamento foram os principais fatores que desencadearam notícias em

2000. Matérias desse tipo foram responsáveis pelo maior pico do ano de 2000 durante o mês de agosto (32,1%). Já no ano de 2003 houve dois picos nos meses de janeiro (36,8%) e abril (36,8%) que coincidiram com datas de crimes relacionados ao uso de cocaína (**Figura 9**).

Figura 9 – Freqüência de matérias sobre derivados da coca durante os anos de 2000 e 2003



Em relação ao tipo de matéria, no ano de 2000 a maior parte dos textos (57,1%) foi do tipo reportagem e abordava a questão de forma contextual explicativa em 39,3% das matérias. Já em 2003 a maior parte dos textos (57,9%) foi apresentada em forma de pequenas notas com uma abordagem factual em 31,6% do material, ou seja, mais curtas e breves do que no ano de 2000. Conseqüentemente, o ano de 2000 apresentou maior variedade de fontes com 46,4% de matérias citando especialistas em drogas, enquanto que em 2003 esses números diminuem significativamente ($\chi^2=6,7$; $p<0,01$) para 10,5%.

Em relação aos temas enfocados (**Tabela 9**), conseqüências relacionadas ao uso da droga foi destaque em ambos os anos, porém houve aumento significativo ($\chi^2=4,6$; $p<0,05$) desse tema em 2003. Este aumento esteve relacionado principalmente com casos do uso da droga com episódios de violência dentro do

ambiente familiar. Vale destacar que em 2000 houve maior variedade de temas, enquanto que em 2003 o foco ficou mais em torno das conseqüências do uso.

Dessa forma a menção a família foi maior (84,2%) no ano de 2003, sendo esta destacada, sobretudo como vítima da agressão de usuários. Já as conseqüências do uso foram relacionadas principalmente a violência praticada pelo usuário (78,9%) e a dependência (47,4%), enquanto que no ano de 2000 as principais conseqüências referem-se à dependência (60,7%) e a problemas de saúde física (35,7%).

Tabela 9 – Principais temas enfocados nas matérias sobre derivados da coca nos anos de 2000 e 2003

Tema central da matéria	Ano de 2000		Ano de 2003	
	N	%	N	%
Casos de Dopning	4	14,3	0	0,0
Conseqüências do uso	7	25	15	78,9 *
Divulgação de pesquisas/estatísticas	2	7,1	2	10,5
Drogas relacionadas a ambientes esp.	1	3,6	0	0,0
Prevenção	1	3,6	0	0,0
Repressão / Combate	1	3,6	0	0,0
Tratamento / Dicas p/ para o uso	5	17,9	1	5,3
Outros temas	7	25	1	5,3
Total	28	100	19	100

* - p<0,01

Soluções e intervenções para lidar com a questão da droga foram mais citadas no ano de 2000, cerca de 60% do material, diminuindo significativamente ($\chi^2=9,3$; $p<0,01$) para 15,8% em 2003. Entre as matérias que fizeram alguma menção, destaca-se o tratamento (82,4%) como o principal tipo de intervenção apontada. Diferente das demais drogas, nenhuma política pública específica foi mencionada nos dois anos analisados.

5.2 Resultados referentes ao discurso dos profissionais (estudo II)

5.2.1 Caracterização dos entrevistados

A amostra foi composta por 22 profissionais ligados à área de jornalismo que trabalhavam em jornais e revistas com sede na cidade de São Paulo. Entre estes profissionais, 17 eram jornalistas, quatro eram editores e um era colunista formado em psiquiatria (**Tabela 10**). Em relação à área de atuação, os entrevistados dividiram-se em: a) profissionais ligados às edições de saúde, comportamento, ciência e política e b) aqueles ligados a área de polícia e segurança pública. Apenas um dos jornalistas entrevistados escrevia sobre as duas áreas, mas como a concentração de suas matérias era maior na edição de saúde ele foi enquadrado no grupo “a”. Outros profissionais já haviam trabalhado em ambas as áreas, mas foram classificados de acordo com a área de atuação no momento da entrevista.

A idade dos entrevistados variou entre 26 e 54 anos. O tempo em que eles trabalhavam com o jornalismo variou entre 3 e 32 anos; em média eles tinham aproximadamente 12 anos de carreira. Com exceção do colunista, todos se formaram em jornalismo, sendo que 3 (três) deles fizeram ainda outra faculdade. As mulheres foram a maioria nas edições ligadas a saúde, comportamento, política e ciência, enquanto que os homens foram maioria nas edições ligadas a polícia e segurança pública.

Além da dificuldade para encontrar colunistas que preenchiam os critérios de inclusão na amostra a utilização de apenas um colunista justifica-se na medida em que o discurso desse profissional esteve de acordo com o discurso dos demais

entrevistados, trazendo importantes considerações, mas não indo além daquilo que outros profissionais já haviam mencionado.

Tabela 10 – Características gerais da amostra de profissionais entrevistados

Identificação	Função	Área / Edição (atual)	Tempo de carreira	Sexo (M / F)	Tipo de veículo	Formação
SJM32AB	Jornalista	Saúde, política e comportamento	32 anos	M	Jornal	Jornalismo
SJM16RV	Jornalista	Saúde e ciência	16 anos	M	Revista	Jornalismo
SJF15LC	Jornalista	Saúde e ciência	15 anos	F	Revista	Jornalismo
SJF10LM	Jornalista	Saúde e política	10anos	F	Jornal	Jornalismo
SJF07MC	Jornalista	Saúde, ciência e comportamento	7 anos	F	Revista	Jornalismo
SJF06JF	Jornalista	Saúde	6 anos	F	Jornal	Jornalismo
SJF05FL	Jornalista	Saúde, política e comportamento	5 anos	F	Jornal	Jornalismo
SJF05GT	Jornalista	Saúde, ciência e comportamento	5 anos	F	Revista	Jornalismo
SJF05JM	Jornalista	Saúde e comportamento	5 anos	F	Revista	Jornalismo
SJF05SA	Jornalista	Saúde, comportamento e segurança	5 anos	F	Revista	Letras e Jornalismo
PJM20JJ	Jornalista	Polícia e segurança pública	20 anos	M	Jornal	História e Jornalismo
PJM16MG	Jornalista	Polícia e segurança pública	16 anos	M	Jornal	Jornalismo
PJM13DM	Jornalista	Polícia e segurança pública	13 anos	M	Jornal	Letras e Jornalismo
PJM07AH	Jornalista	Polícia e segurança pública	7 anos	M	Jornal	Jornalismo
PJM05AC	Jornalista	Polícia e segurança pública	5 anos	M	Jornal	Jornalismo
PJM05MO	Jornalista	Polícia e segurança pública	5 anos	M	Jornal	Jornalismo
PJM03LK	Jornalista	Polícia e segurança pública	3 anos	M	Jornal	Jornalismo
PEF28MG	Editor	Polícia e segurança pública	28 anos	F	Jornal	Jornalismo
SEF18CP	Editor	Saúde, comportamento e ciência	18 anos	F	Revista	Jornalismo
SEF12CS	Editor	Saúde, ciência, comportamento	12 anos	F	Revista	Jornalismo
SEF10VK	Editor	Saúde, política, comportamento	10 anos	F	Jornal	Jornalismo
SCM11JB	Colunista	Saúde	11 anos	M	Jornal	Medicina

5.2.2 História profissional

Através da história profissional dos entrevistados, pode-se perceber que aproximadamente metade dos jornalistas começou a carreira antes de se formar. A

maioria dos entrevistados já havia passado por diversas áreas/edições do jornalismo, assim como já haviam trabalhado em diversas empresas e editoras. A história profissional parece ter sido determinante na definição da área de atuação dos entrevistados, pois na maioria, a escolha se deu por acaso e/ou identificação ao longo de suas carreiras profissionais.

“... foi um pouco de sorte e de coincidência e eu acabei gostando da área” (SJF05FL)

“Comecei a trabalhar em assessoria de imprensa na área da saúde por acaso, não foi uma escolha, mas acabei gostando muito dessa área” (SJF10LM)

“Eu não tinha nada definido, minha primeira experiência mesmo no jornalismo impresso era igual a pescador, eu estava no horário que tinha que fazer tudo, cidades, educação, economia, esporte, fazia clínico geral. Mas aí o editor de polícia gostou e me chamou, eu gostei muito e comecei a me interessar por polícia” (PJM20JJ)

5.2.3 Sobre a inclusão do tema “drogas” na pauta do jornalismo

Ao serem questionados sobre por que os meios de comunicação divulgam matérias sobre drogas, a maioria dos entrevistados atribuiu a inclusão do tema “drogas” na pauta do jornalismo associado principalmente a questões de criminalidade e violência. Entre os profissionais ligados as edições de polícia e segurança pública, onde esse é o principal foco de suas matérias, todos apontaram essa relação drogas e criminalidade.

“... nessa área específica de segurança pública, droga vira notícia porque é crime. Qualquer informação sobre apreensão de drogas, sobre algum tipo de prisão de traficantes, sempre há interesse, não só dos jornais, mais da sociedade” (PJM07AH)

“... a maior parte dos crimes tem alguma pessoa envolvida com drogas, por exemplo, quando se vai falar sobre a vida na periferia ou a vida na favela fala-se sobre drogas” (SJF05SA)

“... acho que parte das situações de violência, a questão das drogas fica muito presente, não sei se como o fator desencadeante ou como um sintoma desse momento que a gente vive” (SCM11JB)

Outras considerações foram feitas pelos profissionais ligados às edições de saúde e comportamento, onde a maioria atribuiu a inclusão do tema por se tratar de um assunto presente na sociedade e na vida das pessoas. Além disso, para estes profissionais, trata-se de um tema que preocupa os pais - os principais leitores dos veículos, que podem ter seus filhos envolvidos ou que possam se envolver com as drogas.

“A droga é uma coisa que está presente em toda sociedade, droga apavora os pais de classe média e de qualquer classe, pai que percebe que o filho dele está fumando maconha, ele entra em pânico em geral por conta da desinformação” (SJM32AB)

“... a sociedade tem um medo muito grande. Os pais se preocupam muito com seus filhos, se os adolescentes estão usando ou não, quer dizer, tem essa coisa de criminalizar de mais o uso da droga. Então acho que é por isso que a imprensa divulga muito, porque quem compra o jornal quem compra revista, tem essa preocupação dentro de casa e então quer se informar” (SEF12CS)

Ao serem indagados sobre quais são os eventos que facilitam a publicação de uma matéria sobre drogas, os profissionais ligados às edições de saúde e comportamento apontaram a divulgação de pesquisas científicas e epidemiológicas, principalmente as que se referem a um aumento no consumo de drogas. Além disso, novidades sobre o tema e descobrimento de novas drogas também facilitam.

“De repente tem um gancho – Ah está aumentando – o número de pessoas dependentes de álcool ou dependente de outro tipo de drogas, ou se tiver uma notícia de fato, aí vale a pena fazer uma matéria” (SJF05JM)

“... tem muito disso do aspecto de novidade e de contribuição nova pra aquela discussão [...] se alguém chegar aqui e dizer: olha, precisamos fazer uma matéria sobre cigarro porque a revista não fala sobre cigarro e é um problema importante. Sim, mas qual é a novidade, pra imprensa essa contribuição nova é que é fundamental” (SEF12CS)

Já entre os profissionais ligados a edição de polícia e segurança pública os casos de prisão de traficante e apreensão de drogas são os principais desencadeadores de notícias sobre drogas.

“... sempre que tem apreensão de drogas a polícia faz coletiva para a imprensa e apresenta lá a droga. Aí a gente noticia o factual – ah tal ontem foi apreendido tantos quilos de maconha em tal lugar” (PJM05MO)

“Depende do tamanho da apreensão, de quem foi preso na apreensão, se você tem toneladas de cocaína, você tem um destaque maior. Drogas vindo de outro país têm um destaque maior, drogas de alguma facção criminosa também têm um destaque maior” (PJM03LK)

5.2.4 Sobre a questão financeira no jornalismo

Em relação à vendagem, a maioria dos entrevistados disse que não tem como saber se um determinado assunto vende mais ou menos, mais acreditam que matérias sobre drogas devam vender, pois desperta interesse no leitor. São temas polêmicos que chamam a atenção ou trazem informação, além disso, alguns afirmaram que tudo o que é notícia é bom para o jornalismo como empresa.

“... é assim, isso aí vai dar leitura, pra gente leitura é vender, mas eu desconfio, os jornais acreditam nessas coisas, esses discursos existem ... vai vender porque é assunto de curiosidade para a classe média, que é o nosso público” (SJF05FL)

“... comercialmente tudo que é notícia é bom pro jornal. É uma empresa que vive de lucro e quanto mais notícia tiver mais ele vai vender. Então vendendo mais, vai ter anúncio e vai ganhar dinheiro, jornal, televisão, rádio. É uma indústria” (PJM20JJ)

“O problema é que o medo vende jornal! Então você precisa vender jornal. Manchetes vendem, manchetes são feitas com medo. Medo é um tremendo produto para vender no jornal, então falar de criminalidade vende [...] jornal não é um serviço de utilidade pública, é um negócio, jornal, revista são negócios, tem gente que está ganhando dinheiro com isso” (SJM16RV)

Ao serem questionados se a vendagem pode influenciar o jornalista no modo de escrever a matéria, a maioria dos jornalistas da área de saúde apontou que sim, ou seja, para favorecer a venda de jornal ou revista, o jornalista pode mudar a forma de abordar determinada notícia com o intuito de que a sua matéria chame mais a atenção e vá para a capa do veículo e dessa forma venda mais. No entanto, nenhum dos entrevistados assumiu fazer isso em suas matérias.

“Acho que tem que tomar muito cuidado porque a tendência é que o jornalista seja influenciado por essa ordem da diretoria de redação que é: você tem que fazer uma matéria que venda bem, tem que vender jornal com a sua chamada, tem que vender revista com a sua chamada” (SJF07MC)

“... as vezes eles fazem (risos), as vezes a imprensa faz isso e é uma coisa que não deve ser feita, você tem um assunto, você tem uma notícia e você pensa: bom, se eu carregar um pouco mais nas tintas aqui, se botar alguém dizendo isso, essa frase mais bombástica será que eu não vou vender mais? Isso pode até funcionar pra alguns veículos mais populares” (SEF12CS)

Já os profissionais ligados às edições de polícia e segurança pública disseram não acreditar que a questão da vendagem possa influenciar os jornalistas, principalmente no que se refere ao formato em que as notícias sobre droga em suas edições são feitas, ou seja, num formato quase que padrão.

“Não, acredito que não. O jornalista está lá trabalhando. Se tem um fato, uma apreensão de uma grande quantidade de drogas ele vai lá apurar como é que foi a história, o caso policial e tal. Ele escreve a matéria normal, agora aí o espaço que a matéria vai ter no jornal isso é definido pelo editor” (PJM05MO)

“Não sei se influencia não. Eu acho que não. Não que a cobertura desse tipo de tema seja burocrática, aquela coisa: “foi apreendido X, pela delegacia X, no lugar Y, uma mega operação para a prisão de X traficantes” [...] Eu acho que não tem a preocupação didática da cobertura, de mostrar que alguma coisa tá sendo feita, é como a cobertura de qualquer outro assunto”. (SEF10VK)

5.2.5 Principais dificuldades para se escrever sobre “drogas”

Entre as principais dificuldades encontradas pelos entrevistados, o volume de matérias e o número de pessoas e tempo escassos para realizá-las de uma forma mais elaborada foram as principais. Estes profissionais relataram ser difícil encontrar tempo para adquirir maiores informações com algum especialista no tema.

“... a gente tem cada vez menos tempo, menos gente na redação, você não tem tempo de cobrir” (SJF05FL)

“... existe uma pressão grande porque jornalismo é indústria também. A empresa jornalística também vive de lucro, também vive de capital e precisa vender e precisa produzir e a gente vive nessa pressão, então você é um empregado e você precisa trazer as matérias, então a questão tempo e a questão de trazer a matéria no dia te impede de trabalhar melhor o assunto” (PJM13DM)

“... o repórter vai pra rua ele tem três assuntos pra preparar no mesmo dia, então de manhã ele vai conversa com uma pessoa, então dali ele já pega o carro vai pro outro e leva o outro assunto diferente. Mais tarde mais um, depois ele tem que escrever os três, imagina o nó que deu” (SEF12CS)

Além dessas dificuldades que foram comuns a quase todos os profissionais, os profissionais ligados às edições de saúde e comportamento apontaram ainda a dificuldade em encontrar personagens, enquanto que para os profissionais das edições de polícia e segurança pública a dificuldade consiste no risco que envolve entrevistar e contatar pessoas ligadas ao tráfico ou que more próximo aos traficantes.

“Dificuldades em encontrar personagens, porque fonte não é difícil, você tem muitas, você tem universidades, centros marcados, mas personagens é muito difícil” (SJF05JM)

“... pra você entrevistar um traficante trabalhando, isso aí é muito difícil, não é impossível não, dificuldade maior é você mostrar igual o Tim Lopez fez lá no Rio, como age o tráfico, como que é o dia a dia do tráfico num morro daquele, isso sim é perigoso” (PJM20JJ)

5.2.6 Cuidados e o melhor tom para se abordar o tema “drogas”

Com relação aos cuidados a serem tomados ao abordar o tema drogas, a maioria dos entrevistados indicou a preocupação em não estimular ou incentivar o uso de drogas, apontando que tal prática pode trazer complicações para o jornalista.

“É preciso tomar cuidado pra você não dar a receita do bolo [...] tomar cuidado com o tom que você vai estar escrevendo isso, pra não incentivar” (SJF10LM)

“... o que a gente não pode fazer é apologia a droga. Não pode defender [...] você vê na redação que tem muita gente que faz uso de drogas e tal, mas pela orientação do jornal você não pode se posicionar a favor da legalização da droga” (PJM05MO)

“... de alguma maneira não estimular o consumo da droga, sob a qual a gente está falando [...] Essa é uma preocupação grande que a gente tem aqui, de tentar dar a informação, mas não dar o serviço [...] é um desafio conseguir dar informação e não dar o serviço, não dar uma conotação de estímulo, é complicado viu” (SEF18CP)

Para a maioria dos entrevistados, não existe uma maneira única de se abordar a questão. No entanto, o discurso sobre a melhor abordagem variou entre

um tom mais informativo, um tom imparcial e um tom reflexivo. Os discursos a seguir exemplificam respectivamente esses tons.

“... o jornal tem que se importar exclusivamente com a informação, em relatar sem exagerar, sem desprezar, se preocupar com informação, só isso, relatar o fato da maneira mais fiel possível” (PJM07AH)

“... abordar sem julgamento. Tem que se evitar é a emissão de juízo, a gente trata de assuntos delicadíssimos, não só de drogas, como aborto, religião e o nosso tom tem que ser o mais objetivo possível e imparcial” (ELVK)

“... tem que ser uma coisa muito objetiva é assim – “Olha, eu estou aqui apresentando um problema que é esse, que é uma constatação de que as pessoas usam esse produto, esse produto causa isso e aquilo e vamos discutir aqui com os especialistas e com a sociedade qual é a solução pra esse problema, se tem que ser liberado ou não”. (SEF12CS)

5.2.7 Sobre o predomínio de matérias relacionadas ao tráfico de drogas

Ao apontar para os profissionais que o número de matérias sobre tráfico de drogas é superior aos outros temas, todos os entrevistados concordaram que realmente o jornalismo tende a focar a questão das drogas mais sob o prisma da repressão. As possíveis explicações dadas para esse fenômeno foram atribuídas principalmente ao fato do jornalismo refletir o pensamento dominante da sociedade e da política pública assim como ser ele baseado e pautado pelo factual.

“É justamente pelo fato de ser um problema ainda, no mundo inteiro tratado como um problema de polícia, principalmente de polícia, que isso freqüenta basicamente as páginas policiais [...] o jornal também não pode pintar a realidade, se para as autoridades, a sociedade, elas consideram o tráfico um problema de polícia, não vai ser o jornal que vai dizer não. A existência de uma lei que proíbe o tráfico, e de um aparato policial que reprime o tráfico, provoca prisões, apreensões, ou seja, fatos que são publicados pelo jornal” (PJM16MG)

Para a maioria dos entrevistados, o jornalismo é um reflexo daquilo que a sociedade pensa e do que as políticas públicas priorizam. Ao mesmo tempo, alguns consideram que o jornalismo também reforça esse pensamento dominante.

“Os jornais reproduzem o discurso oficial, o discurso dominante. E o discurso dominante é feito por uma elite que tem uma visão de mundo, no caso a nossa visão de mundo é produzida pela elite dominante dos EUA que é puritana. Então a gente hoje reproduz

este discurso. Poucos são os jornalistas que conquistam espaço para falar da sua visão de mundo, que têm a liberdade de procurar uma visão diferente disso” (SJM16RV)

Por outro lado, alguns outros entrevistados consideraram que sendo o jornalismo de forma geral baseado no factual, esse tipo de notícias baseado em fatos e ocorrências é mais facilmente publicado nos jornais.

“... a gente fica preso ao factual. Se tem uma apreensão, se tem uma prisão a gente noticia se não, não [...] É factual. Quantas pesquisas sobre drogas saem em uma semana? Quantas apreensões de drogas saem em uma semana? Uma pesquisa vai sair em umas sei lá a cada dois, três meses. A apreensão de drogas tem toda semana. A gente vai em cima do factual, vai em cima sempre do que acontece” (PJM03LK)

Outra explicação, apresentada por alguns entrevistados, para o predomínio na imprensa de matérias sobre repressão, refere-se à facilidade em se abordar a questão da droga sob esse ângulo. Essa facilidade consiste na explicação simplista da relação de causa-efeito, ou seja, droga-crime ou droga-violência.

“Eu acho que seja um tom mais fácil do repórter, ou do colunista, ou do analista, lidar com esta questão – “drogas diga não, drogas estou fora, drogas saia fora desse esquema”, quer dizer que são esses discursos mais repressivos ou discursos mais proibitivos, que traduzem talvez o desejo de uma maioria da população ou uma preocupação da maioria da população, mas que talvez seja um conceito que não dê conta da sua complexidade toda” (SCM11JB)

“não sei se é exatamente uma opção editorial desses tipos de jornais, se eles planejam aquilo, ou se é a mera apuração do que aconteceu [...] As coisas não são tão bem planejadas do jeito que as pessoas imaginam, então as vezes essas teorias meio conspiratórias – “Ah a imprensa conspirou” - não é assim, falta gente, falta assunto, você tem que decidir rápido e acaba saindo daquele jeito” (SEF12CS)

5.2.8 Principais fontes e formas de adquirir conhecimento

Diversas foram as fontes citadas para a elaboração de uma matérias pelos entrevistados. Especialistas e centros de referência em pesquisa tanto os ligados ao governo como instituições não-governamentais foram as principais fontes apontadas pelos profissionais ligados à área de saúde. Para os profissionais ligados a área de

segurança, a polícia é a principal fonte utilizada. Além disso, é interessante notar que uma fonte ou outro profissional pode levar à outra fonte, formando uma teia de informações úteis para a realização da matéria. Outra fonte citada por alguns entrevistados refere-se aos usuários, onde suas falas são utilizadas como depoimentos.

“... primeiro para as universidades, depois para os hospitais, procurar os grupos que trabalham especificamente nessas áreas. Então as vezes conversando com os profissionais eles também indicam outros colegas, outras pessoas, pesquisadores. Tem alguns nomes que já são referências. A gente troca muita informação entre nós [...] então cada um conhece um médico diferente, cada um já entrevistou um profissional, tem alguém que já ouviu alguém de fora” (SJF15LC)

“... existem vários tipos de fontes, existem, por exemplo, especialistas de segurança que não são policiais, especialistas em drogas ... o outro lado da polícia os indiciados. Além da polícia - o governo também, depende da matéria” (PJM03LK)

As fontes utilizadas, principalmente os especialistas, seguidos de leituras de livros e bases de dados, além da internet apontada como uma ferramenta bastante útil são as principais formas, indicadas pelos entrevistados, de adquirir conhecimento sobre o tema.

“Faço muita pesquisa pela internet. Essas entrevistas com os profissionais em geral são longas, são mais aprofundadas, o que entra na matéria não é tudo o que a gente entrevistou. Então a gente forma uma base nossa de informação e constantemente a gente faz essa leitura de mídias específicas na área da saúde” (SJF15LC)

“Eu falo não só com delegados, promotores e juízes, a gente fala com estudiosos do assunto, pesquisadores, psicólogos, enfim, com várias pessoas” (PJM07AH)

“Eu procuro artigos, como a minha área é mais saúde, ciência, eu sempre estou baseada em artigos científicos que são publicados em revistas especializadas, então eu fico sabendo que saiu um estudo novo, aí eu vou ler aquele estudo, aí converso com o pesquisador” (SEF12CS)

5.2.9 Sobre o impacto de suas matérias para os seus leitores

Em relação a como os profissionais imaginam que é o impacto de suas matérias para os leitores, existem diversos discursos. Para os profissionais da área

de saúde há de um lado, para alguns, um discurso com uma visão mais positiva, onde essas notícias ajudam o leitor a se manter informado sobre o tema.

“Acho muito bom! – porque a população brasileira tem pouquíssimas fontes confiáveis, tem pouquíssima informação, então eu acho que quando você faz esse trabalho correto, coerente, você tem um retorno muito bom” (SJF05JM)

De outro lado, para a maioria, há uma visão mais negativa, na qual essas matérias levam a um sentimento de medo e insegurança.

“... tem a influência da cultura do medo. Porque passou-se a atribuir à droga a absolutamente todas as coisas. O estudante lá de medicina que disparou dentro do cinema ele “ah! Ele fumou um cigarro de maconha antes”. O sujeito matou o pai e mãe, encontraram lá, souberam que ele comprou cocaína semana passada, era um viciado e tal. Então sempre, essa questão de atribuir certas coisas que são na verdade da psiquiatria, são de estudos psiquiátricos que uma hora vem a tona, a tendência é sempre atribuir a droga e com isso você se isenta um pouco da loucura que está na cidade, então é a droga, é a droga” (SJM32AB)

“Medo, medo do pai com filho, que o filho vai cair nas drogas, medo do sujeito que sai nas ruas porque o traficante vai pegar ele, medo. Medo até das drogas, hoje é medo [...] hoje a droga está 100% associada ao medo” (SJM16RV)

No entanto alguns desses profissionais ligados à área de saúde disseram que não acreditam que haja impacto para o leitor, pois as matérias serviriam apenas para reforçar aquilo que o leitor já pensa sobre o tema.

“... a impressão que eu tenho, é que o leitor que vai ler sobre drogas na verdade ele é sempre o mesmo. Eu tenho a impressão que: ou ele vai ler porque ele acha aquilo um absurdo mesmo, ele é muito conservador. Portanto, ele vai ler pra ter mais argumentos, pra se abastecer de argumentos porque ele é provavelmente autoritário com esta questão, ou então o cara é mais ameno, não um autoritário” (SJF10LM)

Já para os profissionais ligados às edições de polícia e segurança pública, o discurso foi mais voltado para o choque que essas notícias causam, onde a tendência é pensar que o problema do tráfico de drogas está cada vez pior.

“Eu acho que ele vai ler a matéria e vai entender que o tráfico cada vez mais ocupa seu espaço não só no Brasil, como no mundo. Porque todo dia você vê notícia, então é um problema mundial esse” (PJM20JJ)

“... eu acho que ele recebe assim: “Puxa vida de fato está mais próxima do que eu posso imaginar, olha quanto tem por aí, não se pára de apreender”. E isso não é um terço do que de fato acontece” (PJM05AC)

5.2.10 O que eles pensam sobre as drogas

A opinião dos entrevistados variou bastante e foi independente da edição a qual estão ligados. Aproximadamente metade dos entrevistados considerou o uso das drogas um problema, algo que lhes traz medo e que, portanto são contra, principalmente no que se refere às drogas ilícitas.

“Eu tenho um puta medo porque eu acho que o risco que você corre de experimentar uma cocaína e gostar, puta aí ferrou, acabou sua vida né! Imagina você virar um dependente. Mesmo maconha, maconha eu não gosto nem do cheiro, eu acho ruim, eu gosto de cigarro! Que também, é lógico, não deixa de ser uma droga, mas pelo menos é lícita” (SJF05JM)

Menos da quarta parte dos entrevistados apontaram que são contra o uso, mas que respeitam as pessoas que fazem uso.

“Acho que é uma escolha das pessoas, eu acho que é uma escolha errada, é a mesma coisa se você perguntar pra mim o que eu acho de um suicida. Eu não me joga da janela, entende? Mas se o sujeito quer se jogar, paciência, se você pode evitar ok (PJM16MG)

“Eu sou contra! Basicamente eu sou contra drogas ilícitas, mas não caio malhando também as pessoas, eu acho que é muito do individuo, procuro respeitar o que o individuo faz, mas basicamente eu não fico dando lição de moral em ninguém” (SJF15LC)

Já outros entrevistados, menos da quarta parte, consideraram que o uso da droga é algo natural e acreditam que isso deve ser levado em conta.

“Eu acho que é natural. Quem não usa droga? quem não bebe? quem não fuma?, quem nunca tomou um remédio? quem não toma café?” (SJM16RV)

“... tem que ser tratado com naturalidade pra não virar um caso de polícia, tem uma curiosidade que é natural da moçada, não da maconha, mas com as outras drogas. Você tem que, enfim, se você reprimir, a necessidade do uso pode ser maior” (SJF07MC)

Somente alguns dos entrevistados, colocaram a sua opinião de forma mais imparcial.

“... eu acho que se a pessoa souber usar droga como alguém sabe beber, sem exagero eu sou a favor, cada um faz o que bem entender, desde que ele tenha consciência do que tá fazendo e tenha controle” (PJM20JJ)

5.2.11 Possíveis soluções para lidar com a questão do uso de drogas no Brasil

Diversas foram as possíveis soluções mencionadas pelos entrevistados. No entanto, vale destacar que a maioria apontou ou defendeu apenas uma forma de solução, enquanto que aproximadamente um terço dos entrevistados indicou mais de uma forma para lidar com a questão. Formas de conscientizar a população, com trabalhos preventivos, principalmente nas escolas foi citada por quase metade dos entrevistados, sendo a solução mais presente nos discursos.

“Acho que é educação [...] as campanhas são legais na TV, mas eu acho que nem sempre você atinge todo o público [...] então tinha que começar isso cedo, desde a fase da educação infantil, acho que o caminho é a educação” (SJF06JF)

“Conscientizar mais as pessoas, porque já que é impossível você acabar com a venda. Enfim, campanhas educativas na mídia e abordar esse assunto com mais frequência nas escolas, não só escolas”. (PJM07AH)

Em segundo lugar aparecem soluções tais como legalização, descriminalização e tratar o problema mais como uma questão de saúde pública.

“Olha, eu sou a favor da legalização das drogas, eu acho que, por exemplo, se o álcool que é uma droga fortíssima é legal, eu acho que as outras drogas também deveriam ser legalizadas. Até porque isso acabaria com o tráfico, com crimes, homicídios, guerras de quadrilhas” (PJM05MO)

“... tem que deixar de virar um assunto de polícia e tem que virar um assunto de saúde pública. Eu acho que droga tem que ser encarada dessa forma. Não dá pra ficar achando que tem que só incinerar, queimar maconha, matar traficante e sei lá, prender usuário, isso não existe, isso é surreal” (SJF07MC)

Apenas alguns dos entrevistados indicaram outras formas de solução, tais como: mudanças na legislação, intensificação no combate ao tráfico e redução de danos.

“A gente tem uma lei que está em tramitação que é uma lei melhor, não sei se é a lei ideal, mas é uma lei melhor, e acho que esse é outro passo que tem que ser acelerado” (SCM11JB)

“Eu acho que deveria melhorar a capacitação da polícia pra chegar aos grandes traficantes de drogas. Não atacar nas pontas, mas sim nas rotas de tráficos, e também fazer campanha de conscientização pra população não utilizar as drogas, esse é o caminho” (PJM03LK)

“Eu acho que programas de redução de danos são bem vindos, mas eu não sei se eles iam ser muito bem feitos no nosso país porque é um país que tem dimensões muito grandes, não é uma Holanda que tem poucas pessoas” (SJF10LM)

5.2.12 Como eles vêem a cobertura do jornalismo brasileiro sobre o tema

A maior parte dos entrevistados tem uma visão negativa da cobertura do jornalismo brasileiro quando o assunto é “drogas”, a maioria considerou que a cobertura é superficial, falta contextualização, há pouca discussão e o tema está mais voltado para a questão policial.

“Os jornais eles costumam ser muito pontuais justamente por não ter essa possibilidade de ampliar um pouco mais o debate. As revistas semanais que poderiam ter fôlego maior pra discutir, também não fazem com muita frequência. Você vê uma matéria a cada seis meses, é pouco. Então eu acho que é uma cobertura que precisava ser mais freqüente com mais profundidade, não acho que seja uma boa cobertura” (SEF12CS)

“O jornalismo brasileiro retrata pra sociedade as drogas como uma questão muito mais de polícia do que de saúde pública, isso é um equívoco e é uma pena porque a questão das drogas tá muito além de quantas gramas de maconha foram apreendidas na semana pela polícia federal” (SJF07MC)

“... eu só acho que a gente podia dividir mais essa questão policial, apreensão, tráfico com questões do tipo números, discussões, pesquisas, medidas propositivas, prevenção. Devia mesclar mais essas histórias e acho que a mídia tem um papel importante em poder discutir essas questões de uma maneira mais ampla” (SCM11JB)

No entanto, vale destacar que uma minoria considera que a cobertura do jornalismo vem melhorando nos últimos anos, pois a qualidade já foi pior.

“... eu acho que já foi muito pior, eu acho que já foi muita mais repressiva [...] mas também depende muito do editor que está lá, às vezes você muda de editor e ele não está sensível ao tema, outro já está mais, depende muito do repórter que está tocando isso” (SJM32AB)

As possíveis justificativas que os profissionais deram para o jornalismo ser desse modo que eles vêem refere-se à própria estrutura do jornalismo que depende

de questões financeiras, possui diversas limitações quanto à falta de tempo, espaço, conhecimento e de pessoas mais bem preparadas para escreverem sobre esse tema. Sendo assim, a abordagem superficial torna-se a mais prática e mais fácil.

“... primeiro porque é mais fácil, segundo é aquele velho motivo: vende jornal, se está tendo guerra no morro do Rio de Janeiro isso daí vai vender mais jornal. Então para quê você vai apontar a solução para o problema se a existência desse problema te dá lucro, na minha opinião é isso” (PJM05MO)

“... acho que falta informação, os problemas são todos estruturais, falta gente qualificada para fazer matéria, falta gente qualificada para cobrar a matéria que vem do repórter mal qualificado. Também tem uma coisa meio que um ‘modus operandis’ de fazer jornal, que se espera esse tipo de reportagem mesmo, é uma cultura, é uma coisa cultural mesmo do jornalismo” (SJM16RV)

5.2.13 O que pode ser feito para melhorar a cobertura sobre o tema

Diversas foram as formas indicadas pelos entrevistados para melhorar a cobertura do jornalismo sobre o tema drogas. A solução mais apontada pelos profissionais, presente em quase metade dos discursos foi a necessidade de haver um contato maior entre os jornalistas e os acadêmicos, especialistas, universidades e centros de pesquisas, onde novas pautas poderiam ser geradas.

“... acho que um caminho é tentar melhorar a comunicação entre jornalismo e ciência, universidade. Porque é daí que vem o conhecimento, a informação seria a verdadeira [...] acho que a maneira de melhorar é estreitar essa parceria aí com quem tem o conhecimento na mão” (SJF05FL)

Em seguida, aproximadamente um terço dos entrevistados apontou a necessidade de haver maior contextualização do tema, saindo da abordagem mais superficial e voltada para assuntos policiais, ampliando para outras temáticas, com mais informação para o público.

“Tentar contextualizar de uma maneira que o cara que vai ver, que não tem a menor idéia de onde fica o morro compreenda que o fato de ter um império do tráfico instalado ali, só ocorreu porque várias circunstâncias permitiram que isso acontecesse. E a gente não consegue passar essas várias circunstâncias, então talvez se você começar a dar mais espaço pro fato em si, mas tentar dar embasamento maior ou uma explicação

maior do surgimento, ou até do que está sendo feito pra conter isso, talvez seja uma maneira de informar melhor” (SEF18CP)

Alguns entrevistados apontaram ainda outras formas que poderiam ajudar a melhorar a cobertura, entre elas, uma mudança no pensamento da sociedade, o jornalista procurar ampliar o seu conhecimento sobre o tema e aumentar o número de pessoas nas redações.

“Eu acho que qualquer tipo de alteração da cobertura que os jornais dão a isso, ela só vai acontecer como reflexo de uma alteração de como a sociedade vê o tráfico e como ela pretende resolver esse problema. Então o jornal é só um reflexo, nesse caso é só reflexo mesmo, o jornal pode teoricamente formar opiniões, ele pode influenciar pessoas, mas ele não é tão determinante assim como as pessoas pensam, não é mesmo” (PJM16MG)

“Eu acho que até seria uma parte do jornalista mesmo, buscarem se aprofundar no assunto, lerem mais, se informarem mais, falarem mais com especialistas do assunto, eu acho que é mais ou menos por aí” (PJM07AH)

Melhorar a formação do jornalista e a necessidade da mudança de pensamento dos donos de jornais e imprensa foram apontadas por somente alguns entrevistados.

“Formar melhor o profissional de jornalismo, as faculdades de jornalismo elas discutem muito pouco. Hoje em dia a escola de jornalismo é coisa prática [...] o que falta é a formação humanística do sujeito é cultura mesmo, falta os caras estudarem Sociologia, Psicologia. Falta ele ter uma noção geral de sociedade, ele saber de fenômenos sociais, ele saber olhar a sociedade” (PJM13DM)

“... precisaria mudar a mentalidade dos diretores de redação porque o jornal é uma empresa como outra qualquer, uma empresa que tem que ter lucro, precisa vender. No entanto, também é um serviço social de informar a população. Nessa balança o que pesa mais é o lucro mesmo, não está nem aí para a função social do jornal. Quer saber de lucrar, de ganhar dinheiro. É difícil assim falar o que precisa fazer para mudar isso, é mudar a mentalidade desse pessoal, dos donos de jornais, da linha editorial” (PJM05MO)

6 - DISCUSSÃO

6.1 Discussão dos resultados referentes ao material publicado

Por definição, o jornalismo tem como função informar, investigar, questionar, e municiar os cidadãos com instrumentos que proporcionem reflexão (FERREIRA, 2002). No entanto, neste estudo verificou-se que o jornalismo sobre drogas não está atingindo sua função básica, uma vez que a maioria das matérias analisadas não ampliou a discussão além do fato apresentado. Embora cada droga tenha apresentado características específicas, para todas elas a maior parte das matérias foi apresentada em forma de pequenas notas e de maneira pouco contextualizada. Esse caráter factual contrasta com a complexidade que envolve o tema drogas. Embora notícias curtas sobre fatos sejam efetivas para atrair a atenção do leitor, elas não são eficazes em informar ou sugerir soluções políticas para os leitores, pois não discutem o tema apresentado (MYHRE *et al.*, 2002).

Matérias que citam apenas uma fonte foram superiores às matérias que utilizam mais de uma fonte. Dessa maneira, pode-se dizer que a fonte citada parece estar sendo usada para sustentar a informação divulgada, o que de certo modo direciona aquilo que é noticiado. Nesse sentido, políticas públicas, políticos e pesquisas científicas que são as fontes mais utilizadas, tornam-se fatores de destaque na construção da idéia sobre o tema – *agenda setting* (CRAIG, 1981; BAILLIE, 1996; RIFFE *et al.*, 1998; WAKEFIELD *et al.*, 1998; ATKIN & DEJONG, 2000; WOLF, 2003; DURRANT *et al.*, 2003; TRAQUINA, 2005).

A grande atenção dada pela imprensa brasileira à questão do tráfico de drogas parece acompanhar práticas políticas que concentram seus esforços e investem mais na repressão do tráfico de drogas do que em outras políticas. Esse tipo de cobertura jornalística reforça e favorece a aceitação dessas práticas como

prioritárias. Apesar da recente Política Nacional Anti-Drogas (PNAD) oferecer diretrizes de ação mais voltadas para a saúde, educação e inserção social, o presente estudo aponta que a prática ainda parece ser mais repressiva. Nesse sentido, uma vez que a cobertura da imprensa reflete o modo dinâmico como a política e a opinião pública entendem a questão, torna-se necessária uma maior integração entre a imprensa e o governo no sentido de intensificar a discussão da atual política brasileira, a fim de ampliar a forma como a população entende a questão (BAILLIE, 1996; HOLDER & TRENO, 1997; WAKEFIELD *et al.*, 1998; LEMMENS *et al.*, 1999; HARTMAN & GOLUB, 1999; MYHRE *et al.*, 2002; TÖRRÖNEN, 2003).

De acordo com Hartman & Golub (1999) a ligação que a imprensa faz entre um problema e a percepção deste pela população, nem sempre reflete as prioridades sociais, mas pode favorecer um sentimento de pânico. Dessa forma, a divulgação de dados indicando que o consumo de drogas vem aumentando aponta também, embora indiretamente, a ineficácia da política de repressão, o que pode favorecer um sentimento de terror em relação a esse aumento, uma vez que a principal política praticada está sendo apresentada como insuficiente para lidar com a questão.

No entanto, apesar da discussão sobre “drogas em geral” (sem especificar qual a droga em questão) parecer estar muito mais ligada a questões de segurança do que à saúde pública, é importante considerar que no ano de 2003 houve uma discussão maior sobre o foco da saúde. Nesse ano, receberam maior destaque os textos e opiniões apontando que essa questão deve ser encarada mais como um problema de saúde pública do que de polícia, principalmente discutindo políticas públicas específicas para as drogas. O aumento de matérias enfocando políticas

públicas no ano de 2003 pode estar relacionado com o fato de este ano ter sido o primeiro ano de um novo governo (governo Lula) o que favorece discussões em torno de novas políticas para o país. De qualquer forma, houve interesse em se discutir a questão das drogas e procurar novas formas para lidar com o tema, mas quando comparamos com temas ligados ao tráfico de drogas, a discussão sob o enfoque da saúde se mostra bastante tímida. É importante destacar que o volume de matérias sobre drogas pode ajudar a inserir mudanças políticas sobre o tema (YANOVITZKY, 2002; MYHRE *et al.* 2002; HARTMAN & GOLUB, 1999; WAKEFIELD *et al.*, 1998; HOLDER & TRENO, 1997). Além disso, temas relacionados à violência também estiveram bastante presentes nas matérias sobre drogas o que favorece a associação das drogas com a violência. Esse dado corrobora com resultados de outros estudos realizados no Brasil (ANDI, 2005).

Em relação aos veículos de divulgação, percebe-se que o volume maior de matérias ligadas ao tráfico se dá principalmente nos jornais (de publicação diária). As revistas (com publicação semanal) privilegiam outros temas, além disso, não têm tanto compromisso com o factual e tem disponível um tempo maior para elaborar matérias mais contextualizadas. Entretanto, as revistas assim como os jornais não ampliam o tema para discussões mais abrangentes.

Assim como no estudo de Noto *et al.* (2003) verificou-se que para cada droga existe uma maneira particular do jornalismo abordar o tema, determinando um clima social específico para cada uma delas. A compreensão desses diferentes climas sociais talvez possa ser um elemento auxiliar na elaboração de políticas públicas. A idéia da mídia como aliada na execução de políticas já vem sendo debatida na área de drogas na denominada “*media advocacy*” e poderia ser mais explorada na Brasil

(JERNINGAN & WRIGHT 1994; RUSSEL *et al.*, 1995; WILBUR & STEWART, 1999; HOLDER & TRENO, 1997; DURRANT *et al.* 2003)

Vários estudos mostram que o álcool é a droga mais consumida no país, acarretando diversos problemas de saúde e considerável custo social. A menor frequência de artigos sobre álcool comparado às drogas ilícitas demonstra que a imprensa nem sempre acompanha os dados epidemiológicos, pois esses dados justificariam uma atenção maior dos meios de comunicação no que se refere ao álcool (CARLINI-COTRIM *et al.*, 1989; ABDETRAN, 1997; PINSKY & LARANJEIRA, 1999; DUARTE & CARLINI-COTRIM, 2000; GALDURÓZ *et al.*, 1997, 2000; NOTO *et al.*, 2002). Deve-se ainda considerar que o consumo de álcool é um hábito aceito pela maioria da população, aliado a uma forte publicidade promovida pela indústria de bebidas. O fato das indústrias serem grandes clientes dos veículos de comunicação, pode ser fator de resistência por parte da imprensa em dar maior destaque a essas questões.

Por outro lado, o debate em relação ao álcool aumentou no período de 2000 e 2003. O número de matérias e o espaço ocupado aumentaram, além disso, as discussões foram mais aprofundadas e melhor contextualizadas. Isto sugere que a discussão em torno do álcool cresceu nos veículos de comunicação, principalmente se nos basearmos em estudos anteriores como Noto *et al.* (2003) e Carlini-Cotrim *et al.* (1994) nos quais temas relacionados ao álcool sempre tiveram pouca atenção na imprensa brasileira. Esse crescimento parece indicar que há um clima mais favorável para a implementação de políticas públicas para o álcool.

Esta compreensão fica mais clara ao constatar que as principais matérias referentes ao tema enfocaram medidas e projetos de políticas públicas. Entretanto, a discussão ainda foi centrada em uma forma predominante de intervenção, que se

refere à restrição das propagandas de bebidas alcoólicas, deixando outras possíveis formas de intervenção mais afastadas da agenda pública. Matérias relacionando o uso do álcool a acidentes de trânsito estiveram presentes, porém, sem mencionar movimentos e campanhas preventivas. No entanto, existem estudos que assinalam que a associação entre veículos de comunicação e campanhas de prevenção (*media advocacy*) contribui para prevenção (JERNINGAN *et al.*, 1994; RUSSEL *et al.*, 1995; HOLDER & TRENNO, 1997; DURRANT *et al.*, WILBUR *et al.*, 1999).

Em comparação com o álcool, o tabaco ocupou um espaço maior de destaque na imprensa, foi a droga que recebeu maior atenção, quando desconsideramos as matérias ligadas ao tráfico. Embora tenha diminuído a sua frequência no ano 2003 o enfoque principal de suas matérias ficou em torno de medidas e decisões políticas, tanto nacionais quanto internacionais, de combate ao tabagismo. Diversas formas de intervir na questão foram debatidas, desde a restrição às propagandas até o aumento de preço e a obrigatoriedade de alertas e fotos nas embalagens incentivando o abandono do uso. Outros estudos realizados em outros países também verificaram um posicionamento positivo em relação ao controle do tabaco pela imprensa, o que demonstra preocupação em relação ao consumo do tabaco no mundo de forma geral (CHAPMAN, 1989; KENNEDY & BERO, 1999; DURRANT *et al.*, 2003; KLEGG SMITH *et al.*, 2003).

Deste modo, foi observado um clima bastante favorável para se discutir o consumo de tabaco, onde imprensa e políticas públicas caminharam juntas. Isto provavelmente favoreceu a sociedade discutir sobre o consumo de cigarro e compreendê-lo como um problema de saúde pública que merece esforços governamentais no combate ao tabagismo.

Já em relação às drogas ilícitas, percebe-se que o clima foi diferente. A maconha foi abordada na imprensa sob dois olhares distintos, de um lado as matérias apontando o tráfico, a repressão e as conseqüências do uso e, por outro, discutindo sobre o potencial terapêutico da substância, principalmente no ano de 2000. Essa divisão na discussão sobre a maconha manteve-se em 2003, principalmente nas discussões envolvendo o doping de um jogador da seleção brasileira de vôlei, onde a divisão se deu entre os que defendiam uma punição severa ao jogador e os que consideravam que a atitude não merecia punição, mas sim cuidados de saúde.

Desta forma, pode-se notar que o discurso em torno da maconha não é único. Embora a droga seja, entre as ilícitas, a que apresenta maior aceitação e, portanto, apresenta maior debate e discussão, ela também possui um discurso que defende a sua repressão. Desse modo, matérias contendo perguntas: “*Será que faz mal? Será que vicia?*” estiveram presentes nas pautas dos veículos. Esse discurso duplo em relação à maconha pode favorecer dúvidas quanto aos riscos de seu uso, principalmente entre os jovens onde o consumo no Brasil vem aumentando significativamente (NOTO *et al.*, 1997; GALDURÓZ, *et al.*, 2004)

Em relação às matérias sobre derivados da coca, percebe-se que entre as drogas analisadas é a que está mais ligada ao crime e a violência. Sua discussão se deu preferencialmente nas edições policiais ligadas ao tema tráfico de drogas. Além disso, foram as drogas que menos apareceram nas páginas de saúde, ciência e comportamento. A discussão em torno delas foi bastante superficial e o espaço e a diversidade de temas diminuiu. Ao mesmo tempo, é o conjunto de drogas mais relacionado a casos de violência, principalmente no ano de 2003 onde o principal enfoque foram os casos de violência familiar praticada por usuários de cocaína.

Desse modo, pode-se verificar que a imprensa favoreceu um clima de intolerância acentuada aos derivados da cocaína. Esse tipo de postura jornalística parece favorecer a associação dessas drogas a episódios de crime e violência, acarretando um clima de pânico, como apontado no estudo de Hartman & Golub (1999). Esse clima em relação aos derivados da coca não traz a discussão para o foco da saúde, pelo contrário, propicia condições de isolamento social e preconceito aos usuários reforçando a marginalidade (NAPPO *et al.*, 1996).

6.2 Discussão dos resultados referentes ao discurso dos profissionais

Através das entrevistas com os profissionais, pode-se perceber que não existe um perfil único de jornalista que escreva matérias sobre drogas. Além de serem profissionais de diferentes edições, a idade, o tempo de experiência e o pensamento deles foram bastante variados. A história profissional dos jornalistas parece ter sido fundamental na escolha dos temas em que eles escrevem.

Para estes profissionais, droga é um assunto que acaba entrando na pauta do jornalismo, principalmente associado a questões de crime e violência, temas que despertam bastante a atenção. Além disso, envolve também o interesse dos pais que temem que seus filhos se envolvam com essas substâncias. Embora a maioria dos profissionais não saiba responder questões referentes à vendagem, eles acreditam que essas matérias geram leitura pelo fato de chamarem a atenção, curiosidade e preocupação dos leitores. Nesse sentido eles acreditam que essas notícias são importantes na venda dos jornais e revistas. Para alguns autores, o jornalismo é uma atividade comercial e o seu produto é a notícia, dessa forma, a

divulgação dessas matérias são importantes, pois sem elas a empresa não sobrevive (NOBLAT, 2003; TRAQUINA, 2005).

Por ser um tema visto como preocupante e até mesmo polêmico, fatos como apreensões de drogas, prisões de traficantes e dados apontando o aumento do consumo são os principais desencadeadores de matérias apontados pelos profissionais. Estes acontecimentos convergem com aquilo que é valorizado como notícia, ou seja, o que desperta interesse e estimula conflito (ARBEX Jr., 2002; NOBLAT, 2003). Por outro lado, os profissionais acreditam que estas notícias podem gerar um sentimento de medo e insegurança, discurso este que corrobora com achados em outros estudos (HARTMAN & GOLUB, 1999).

Desse modo, o jornalismo se torna disfuncional, na medida em que privilegia notícias alarmistas que geram tensão e sentimento de pânico, ao invés de colaborar com uma leitura consciente do ambiente (WOLF, 2003; GORGULHO, 2006). Além disso, ao associar excessivamente as drogas à criminalidade e a violência, o jornalismo de certa forma atribui à droga a explicação para a violência. Assim, a droga se torna o centro do problema, o “bode expiatório” e a atenção de outros aspectos fundamentais tais como diferenças socioeconômicas, distribuição de renda, falta de emprego, baixo índice de escolaridade, entre outros, ficam em outro plano (HARTMAN & GOLUB, 1999).

O pensamento desses profissionais a respeito das drogas é bastante diversificado, ou seja, passa pelos que são contra o uso, principalmente em relação às drogas ilícitas até aqueles que consideram o uso como algo natural, inerente à atividade humana. Essa diversidade de idéias, também presente na opinião pública em geral, demonstra que estes profissionais, embora sejam formadores de opinião, não estão à parte da sociedade, pelo contrário, fazem parte dela e também são

influenciados por diversos outros fatores que contribuem para a formação da opinião pública. Além disso, verifica-se que as matérias não traduzem necessariamente as atitudes de quem a escreve, mas sim a um pensamento dominante que caracteriza a linha editorial da redação.

Dessa forma, o predomínio de matérias relacionadas ao tráfico de drogas sobre os demais temas é entendido pelos profissionais como um reflexo do pensamento dominante da sociedade e do governo, que entendem a questão das drogas como um problema de polícia, o que influencia diretamente a orientação das redações. Sendo assim, o jornalismo não só reflete como também reforça o pensamento preponderante, ou seja, trata-se de um fenômeno em que governo, imprensa e opinião pública se complementam num sistema interativo (FAN, 1996; LEMMENS *et al.*, 1999; HARTMAN & GOLUB, 1999; MYHRE *et al.*, 2002; TÖRRÖNEN, 2003).

Ao transmitir o discurso dominante o jornalismo se isenta de contradições com a opinião pública, pois este discurso se torna o mais fácil e o mais aceitável pela população. Nesse sentido, o jornalismo simplesmente reforça o pensamento da maioria, avançando muito pouco no seu papel de proporcionar reflexão. Um dos cuidados mais apontados pelos profissionais quando escrevem matérias sobre drogas é de que o texto não estimule o uso ou desperte interesse em usar. Desse modo, predomina o discurso negativo acerca das drogas, o que impossibilita uma discussão mais ampla sobre o fenômeno, realçando apenas os aspectos negativos. Para Noblat (2003) o mundo parece pior do que realmente é devido à tendência do jornalismo em valorizar as notícias negativas. No entanto isto não deve ser considerado um campo fechado. Mobilizações sociais e uma sociedade civil

organizada pode exercer um controle crítico da mídia e provocar alterações na maneira de pensar (ARBEX Jr., 2002; TRAQUINA, 2003).

Além disso, vale destacar que os próprios profissionais têm uma visão negativa sobre a cobertura do jornalismo a respeito desse tema, indicando que ela é superficial, simplista e apresenta pouca discussão, o que contrasta com a diversidade que o tema exige. As principais dificuldades apontadas pelos profissionais referem-se a limitações tais como a falta de pessoas especializadas, tempo e conhecimento, em oposição a um grande volume de serviço e pressão por novas pautas. Wolf (2003) e Traquina (2005) apontam que o tempo é um grande adversário do jornalista. Do mesmo modo, Noblat (2003) ressalta que apurar e escrever bem exige tempo e aponta que as redações estão cada vez mais enxutas e sobrecarregadas e que a pressa é a responsável pela superficialidade e pelos erros. Para Arbex Jr. (2002) o jornalismo atualmente vive da “exaltação da novidade” estimulando uma quantidade incessante de informação, que por sua vez traz uma superficialidade e “amnésia permanente”, ou seja, a velocidade que é exigida estimula o clichê e o preconceito.

Possíveis formas de melhorar a qualidade da cobertura, apontada pelos profissionais, referem-se à ampliação do conhecimento do jornalista sobre o tema, intensificando o contato com pesquisadores e estudiosos do assunto. Estes especialistas são, para a maioria dos jornalistas, um dos principais meios de adquirir conhecimento sobre um tema, assim como sugerir novas pautas. Mudanças na estrutura do jornalismo, principalmente no que se refere à relação volume de tarefas versus tempo também são apontadas como soluções necessárias. A construção da notícia se dá através de um jogo de relação entre os jornalistas, suas fontes e a sociedade (TRAQUINA, 2005). Nesse sentido, qualquer mudança na cobertura deve

atingir estes três grupos: os jornalistas representados pelos seus profissionais e seus superiores; suas fontes como os especialistas e os órgãos de informação como centros de pesquisa, universidades e o governo que ao privilegiar determinadas políticas influencia a pauta do jornalismo e a opinião pública representada pela sociedade.

6.3 Discussão geral dos resultados apresentados

Embora a pesquisa tenha utilizado dois referenciais metodológicos distintos, é importante considerar que ambos os estudos possuem limitações. No primeiro estudo (quantitativo) foram analisados apenas alguns veículos, não sendo possível generalizar os achados para os demais. Além disso, os dados foram analisados por apenas um único examinador, dificultando uma avaliação crítica da análise de conteúdo. Ao mesmo tempo, a comparação de apenas dois anos não permitiu uma análise de tendência. Já no segundo estudo (qualitativo) as considerações restringem-se apenas ao grupo analisado, além do mais, todos os profissionais entrevistados eram da cidade de São Paulo e houve dificuldade em obter a participação de editores e colunistas.

Apesar destas limitações os dois estudos apresentaram resultados convergentes em vários aspectos. Essa convergência aumentou a confiança nos resultados obtidos, assim como permitiu ampliar a sua compreensão. Os estudos mostraram que, apesar do jornalismo ter como função levar discussão para a população ampliando o conhecimento de seus leitores e estimulando reflexões, o jornalismo nem sempre tem exercido essa função em relação às drogas. Isto pôde ser verificado tanto através do material publicado na imprensa, que em geral aborda o tema de maneira superficial e factual como através do discurso dos jornalistas, os

quais percebem e confirmam essa superficialidade. A pouca profundidade que é dada ao tema provavelmente deve-se a falta de conhecimento e preparo dos profissionais para lidar com essa questão, bem como se deve a própria dinâmica e modo de fazer jornalismo. Nesse sentido, o estudo confirma trabalhos anteriores (TRAQUINA, 2005; WOLF 2003; NOBLAT, 2003) em que a falta de tempo para a elaboração de uma matéria associada ao volume de serviço assim como o despreparo dos profissionais e a redução do número de pessoas nas redações são fatores que determinam o modo de fazer notícias, ou seja, é necessário criar mecanismos para lidar com estes contratempos, pois eles prejudicam a qualidade do material apresentado.

Para Wolf (2003), Arbex Jr. (2003) e Traquina (2005) a falta de tempo e o volume de serviço devem-se ao modelo atual do jornalismo que tem por objetivo buscar incessantemente a novidade, daí o apego aos fatos e aos acontecimentos, além disso, a notícia é o produto do jornalismo e sem ela a imprensa não sobrevive (NOBLAT, 2003). No entanto, como apontam os autores, informação de mais não informa, pois não permite e nem dá tempo suficiente para que o público discuta sobre o novo conhecimento que lhe foi dado.

Este estudo ainda aponta outros fatores a serem considerados e corrobora com estudos anteriores (CRAIG, 1981; BAILLIE, 1996; WAKEFIELD *et al.*, 1998; ATKIN & DEJONG, 2000; TÖRRÖNEN, 2003; DURRANT *et al.*, 2003) na medida em que se verifica que a imprensa ao priorizar determinados temas reflete e reforça conceitos existentes na sociedade. Isto pode ser verificado através do grande volume de matérias relacionadas ao tráfico de drogas e a justificativa dada pelos profissionais. Sobre esse aspecto, verifica-se que o pensamento predominante da população sobre o tema também é um fator a ser considerado, pois ao mesmo

tempo em que os jornalistas fazem parte desta população, eles também evitam entrar em confronto com as idéias de seus leitores que são, na verdade, os clientes da sua empresa. Nesse sentido, manter o discurso atual e preponderante facilita a aceitação do público e se torna uma tarefa prática.

Desse modo, o predomínio de matérias relacionadas ao tráfico de drogas pode ser entendido como uma tendência do jornalismo em privilegiar a divulgação de fatos, aliado a um pensamento dominante que compreende o comércio ilegal de drogas como um grande problema a ser combatido. Agindo dessa forma, o jornalismo não só reflete e reforça conceitos como também favorece preconceitos e estereótipos em relação às drogas (GORGULHO, 2006). Nesse sentido, a imprensa estabelece climas sociais sobre determinados assuntos. Através deste estudo verificou-se que imprensa retrata o álcool com grande aceitação popular, mas que é necessário criar medidas de controle, o tabaco é um grande mal a ser combatido, a maconha gera muita discussão, pois embora seja ilegal há também grande aceitação e os derivados da coca são drogas perigosas responsáveis por alguns casos de crimes e de violência.

Através desta dinâmica, onde a aceitação da opinião pública sobre o tema deve ser considerada, o jornalismo torna-se dependente e atua no sentido de tentar agradar ou corresponder às expectativas do seu leitor/cliente. Esse processo dificulta novos olhares sobre a questão e desse modo os jornalistas, que buscam novidades incessantemente, ficam presos a procurar sempre novas formas para falar das mesmas questões. Sendo assim, como aponta Noblat (2003) o jornalista acredita que conhece o gosto do leitor, mas atrelados às suas tarefas ficam distantes da vida das pessoas e a maneira como é feita a cobertura sobre o tema não dá conta da problemática que envolve o tema drogas.

A Política Nacional Anti-drogas (PNAD) prioriza a prevenção como uma das principais formas para lidar com o a questão das drogas, nesse sentido, a imprensa deve ser entendida como um potencial aliado na atividade de transmitir informação com qualidade e de discutir esse tema tão importante e complexo com a população. Desse modo, uma aproximação maior entre os profissionais da área de saúde e de comunicação se faz necessária para que a imprensa seja utilizada como um importante instrumento de prevenção e retome seu papel de informar e discutir.

Drogas é um tema bastante abrangente, passa por diversas edições (saúde, comportamento, ciência, educação, política, economia, segurança pública entre outros). Dessa forma, torna-se necessário que os jornalistas de diferentes edições tenham não só um conhecimento mínimo sobre o assunto, como também discutam constantemente sobre esse tema com profissionais de outras áreas.

No Brasil, algumas tentativas de aproximar jornalistas e especialistas já foram realizadas em um encontro promovido pela ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância) no ano de 2004 em Brasília. Realizações como essas poderiam ser incentivadas. Do mesmo modo, poderia ser estimulada a ida de especialistas para discutir esses temas dentro das redações.

Futuras pesquisas com novos recortes temporais para acompanhamento de tendências e com profundidade qualitativa maior no conteúdo de cada droga são importantes para ampliar a compreensão do estudo. Além disso, estudos que enfoquem como o leitor recebe e reage a estas informações divulgadas na imprensa permitirão entender melhor a influência dos meios de comunicação na sociedade.

7 - CONCLUSÕES

Esta pesquisa, com base nos dois estudos complementares realizados sobre a cobertura jornalística sobre drogas, levanta as seguintes conclusões:

1. A cobertura da imprensa brasileira sobre o tema drogas é bastante superficial, isso se confirma tanto pelas matérias analisadas como pelo discurso dos profissionais entrevistados.

2. Existe um contraste entre a complexidade que envolve o tema drogas e a superficialidade com que ele é trabalhado pela imprensa.

3. O estudo confirma o descompasso entre imprensa e epidemiologia do uso de drogas no Brasil.

4. Matérias sobre álcool ganharam mais espaço e tiveram melhor qualidade quando comparados os anos analisados.

5. Os dados mostram que nos anos de 2000 e 2003 houve um clima mais favorável para se discutir questões de políticas públicas em relação às drogas lícitas (álcool e tabaco), enquanto que para as ilícitas (maconha e cocaína) a discussão se deu predominantemente sob o foco da repressão e o combate às drogas.

6. Os jornais apresentaram uma tendência de divulgar e ao mesmo tempo reforçar a opinião predominante da população que é o seu público alvo (leitores / clientes).

7. A dinâmica do jornalismo contemporâneo em que há cada vez menos pessoas nas redações, falta de tempo suficiente para escrever e despreparo dos profissionais para lidar com um tema tão complexo como drogas, foram aspectos que apareceram neste estudo como fatores para a baixa qualidade do material publicado.

8. Uma maior aproximação entre acadêmicos, especialistas em drogas, profissionais da área da saúde e profissionais da área de comunicação se faz

necessária para que haja melhor qualidade na cobertura jornalística. Além disso, a imprensa poderia ser mais explorada como recurso de discussão da atual política brasileira (PNAD), no sentido de promover avanços nas formas como a sociedade lida com a questão.

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDETRAN (Associação Brasileira dos Departamentos de Trânsito). **Impacto do uso do álcool e outras vítimas de acidentes de trânsito**. CETAD/ RAID, Brasília 1997. 87 p.
- ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância). **Equilíbrio distante: tabaco, álcool e adolescência no jornalismo brasileiro**. Série Mídia e Mobilização Social vol 3, Cortez, São Paulo, 2003. 146 p.
- ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância). **Mídia e Drogas**, Cortez, São Paulo, 2005. 80 p.
- ARAÚJO, M.R. & MOREIRA, F.G. – História das Drogas. In: **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo, Editora Atheneu, 2006. 493 p.
- ARBEX Jr., J. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo, Casa Amarela, 2001. 292 p.
- ATKIN, C.K. & DEJONG, W. – News coverage of alcohol and other drugs in U.S. college newspapers. **Journal of Drug Education**, 30(4), 453-465, 2000.
- BAILLIE, R.K. – Determining the effects of media portrayals of alcohol: going beyond short term influence. **Alcohol and Alcoholism**, 31(3), 235-242, 1996.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977. 223 p.
- BENKERT, O., GRAF-MORGENSTERN, M., HILLERT, A., SANDMANN, J., EHMIG, S.C., WEISSBECKER, H., KEPPLINGER, H.M., SOBOTA, K. – Public opinion on psychotropic drugs: an analysis of the factors influencing acceptance or rejection. **The Journal of Nervous and Mental Disease**, 185(3), 151-158, 1997
- BIERNACK, P. & WALDORF, D. – **Snowball sampling**. **Sociological Methods and Research**, 5(2): 141-163, 1981.
- BRYMAN, A. & BURGESS R.G. – **Analyzing Qualitative Data**. 2ª ed., London, Routledge, 1995. 232 p.
- CARLINI, E.A.; GALDURÓZ, J.C.F.; NOTO, A.R.; NAPPO, S.A. **I Levantamento Domiciliar Nacional sobre o uso de Drogas Psicotrópicas**, São Paulo: CEBRID, UNIFESP, 2002. 380p.
- CARLINI-COTRIM, B., CARLINI, E.A., SILVA-FILHO, A.R. – O uso de drogas psicotrópicas por estudantes de primeiro e segundo grau da rede estadual, em dez capitais, 1987. In: **Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987**. Centro de Documentação do Ministério da Saúde (Série C: Estudos e Projetos 5), 9-84. 1989. 138 p.

- CARLINI-COTRIM, B., GALDURÓZ, J.C.F., NOTO, A.R., PINSKY, I. A mídia na fabricação do pânico de drogas: um estudo no Brasil. **Comunicação e Política**, 1(2), 21-230, 1994.
- CHAPMAN, S. - The news on smoking: newspaper coverage of smoking and health in Australia, 1987-1988. **American Journal of Public Health**, 79(10) 1419-1421, 1989.
- CLEGG SMITH, K.M., WAKEFIELD, M.A., NITCHER, M. - Press coverage of public expenditure of Master Settlement Agreement funds: how are non-tobacco control related expenditures represented? **Tobacco Control**. 12(3), 257-263, 2003.
- CRABTREE, B.F. & MILLER, L. – **Doing qualitative research**. 2ª ed., London, Sage Production Editor, 2000. 424 p.
- CRAIG, R.J. Drug themes in metropolitan newspaper: review and Analysis. **The International Journal of the Addictions**, 16(6), 1087-1093, 1981
- CRESWELL, J.W. – **Qualitative and quantitative approaches**. London, Sage Production Editor, 1994. 246 p.
- CRESWELL, J.W. – **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions**. London, Sage Production Editor, 1997. 403 p.
- DIAZ A, BARRUTI M, DONCEL C. – **The lines of success? A study on the nature and extent of cocaine use in Barcelona**. Barcelona, Laboratory de Sociologia, ICESB, 1992, 361p. 361 p.
- DUARTE, P.C.A.V., CARLINI-COTRIM, B. Álcool e violência: estudo dos processos de homicídios julgados nos Tribunais do Júri de Curitiba. **Jornal Brasileiro de Dependência Química**, 1(1), 17-25, 2000.
- DURRANT, R., WAKEFIELD M., McLEOD, K., CLEGG-SMITH, K., CHAPMAN S. – Tobacco in the news: an analysis of newspaper coverage of tobacco issues in Australia. **Tobacco Control**, sup 2ii, 75-81, 2003.
- ESCOHOTADO, A. – **Historia general de las drogas**. 3ª ed., Madrid, Espasa, 2000. 1542 p.
- FAN, D. – News media framing sets public opinion that drugs is the country's most important problem. **Substance use and Misuse**., 31(10), 1413-1421, 1996
- FERREIRA, A.B.H. – **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. p. 1164

- FRANCO, M.L.P.B. – **Análise de Conteúdo**. Brasília, Plano Editora, 2003. 83 p.
- GALDURÓZ, J.C.F., NOTO, A.R., CARLINI, E.A. **IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras – 1997**. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, São Paulo, 1997. 144 p.
- GALDURÓZ, J.C.F., NOTO, A.R., NAPPO, S.A., CARLINI, E.A. **I Levantamento domiciliar nacional sobre o uso de drogas psicotrópicas – Parte A: Estudo envolvendo as 24 maiores cidades do Estado de São Paulo - 1999**. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, São Paulo, 2000. 380 p.
- GALDURÓZ, J.C.F., NOTO, A.R., NAPPO, S.A., CARLINI, E.A. Trends in drug use among students in Brazil: analysis of four surveys in 1987, 1989, 1993 and 1997. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, 37(4), 523-531, 2004.
- GOODMAN, L.A. – Snowball sampling. **Annals of mathematical statistics** **32**, 148-170, 1961. 328 p.
- GORGULHO, M. – A Influência da Mídia na Realidade Brasileira do Fenômeno das Substâncias Psicoativas. In: **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo, Editora Atheneu, 2006. 493 p.
- HARTMAN, D.M., GOLUB, A. The Social Construction of the Crack Epidemic in the Print Media. **Journal of Psychoactive Drugs**, 31(4), 423-433, 1999
- HOLDER, H.D., TRENO, A.J. Media advocacy in community prevention: news as a means to advance policy change. **Addiction**, 92 (2), 189-199, 1997.
- JERNINGAN, D.H., WRIGHT, P.A. Media advocacy: lessons from community experiences. **Journal of Public Health Policy** 1994, 17, 306-330.
- KENNEDY, G.E. & BERO, L.A. - Print media coverage of research on passive smoking. **Tobacco Control**, 8(3), 237-239, 1999.
- LAMBERT, E.Y.; ASHERY, D.S.W.; NEEDLE, R.H. – Qualitative Methods in Drug Abuse and HIV Research. NIDA Res. Monogr. 1995; 157 p.
- LEMMENS, P.H., VAETH, P.A.C., GEENFIELD, T.K. – Coverage of Beverage Alcohol Issues in the Print Media in the United States, 1985-1991. **American Journal of Public Health**, 89(10), 1555-1560, 1999.

- MACRAE, E. – Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos. In: **Dependencia de Drogas** . São Paulo, Editora Atheneu, 2001. 560 p.
- McCOMBS, M. & SHAW, D. – The agenda-setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, 36, 176-187, 1972.
- MERRIAM, S.B. – **Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis**. London, Sage Production Editor, 2002. 464 p.
- MINAYO, M.C.S.,. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo, Editora Hucitec, ABRASCO, 1998. 269 p.
- MIRZAEI, E., KINGERY, P.M., PRUITT, B.E., HEUBERGER, G., HURLEY, R.S. Sources of drug information among adolescent students. **Journal of Drug Education**, 21(2), 95-106, 1991.
- MORSE, J.M. – Emerging from the data: the cognitive processes of analysis in Qualitative inquiry. In: **Issues in qualitative research methods**. London, Sage Publications Editor, 1994. 401 p.
- MYHRE, S., SAPHIR, M.N., FLORA, J.A., HOWARD, K.A., GONZALES, E.M. – Alcohol Coverage in California Newspaper: frequency, prominence and framing. **Journal of Public Health Policy**, 23(2), 172-190, 2002.
- NAPPO, S.A., GALDURÓZ, J.C.F., NOTO, A.R., - Crack use in São PAulo. **Substance Use and Misuse**, 31(5), 565-579, 1996.
- NOBLAT, R. – **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo, Contexto, 2003. 173 p.
- NOTO, A.R. & MASTROIANNI, F.C. “O retrato das drogas na imprensa brasileira do ano 2000: análise de conteúdo dos artigos publicados em jornais e revistas” **XV congresso da ABEAD**, São Paulo, 2003.
- NOTO, A.R., BAPTISTA, M.C., FARIA, S., NAPPO, S.A., GALDURÓZ, J.C.F., CARLINI, E.A. – Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Cadernos de Saúde Pública**, 19, 69-79, 2003
- NOTO, A.R., CARLINI, E.A. Interações por transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substâncias psicoativas: um estudo epidemiológico nacional do período de 1988 a 1999. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 51(2), 113-121, 2002.
- NOTO, A.R., NAPPO, S.A., GALDURÓZ, J.C.F., CARLINI, E.A. – Use of drugs among street children in Brazil. **Journal of Psychoactive Drugs**, 29(2), 185-192, 1997.

- NOTO, A.R., PINSKY, I., MASTROIANNI, F.C. Drugs in the brazilian print media: An exploratory survey of newspaper and magazine stories in the year 2000, **Substance Use and Misuse**, no prelo.
- PATTON, M.Q. – **Qualitative evaluation and research methods**, London, Sage Publications Editor, 1990. 688 p.
- PINSKY, I & LARANJEIRA, R. - Alcohol in Brazil: recent public health aspects, **Addiction**, 100(2), 264, 1999.
- RIFFE, D., LACY, S., FICO, F.G. – **Analyzing Media Messages: using quantitative content analysis in research**. London, Lawrence Erlbaum Associates, 1998. 208 p.
- RODRIGUES, M.S.P. & LEOPARDI, M.T. – **O Método de Análise de Conteúdo**. Fortaleza, Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, 1999.
- RUSSELL, A., VOAS, R.B., DEJONG, W., CHALOUKKA, M. MADD rates the states: a media advocacy event to advance the agenda against alcohol-impaired driving. **Public Health Reports**, 110, 240-245, 1995.
- SCHULTES, E.R. & HOFMANN, A – **Plantas de Los Dioses: origenes del uso de los alucinógenos**, México, 1979. 208 p.
- SILVEIRA, D.X. & MOREIRA, F.G. – Reflexões Preliminares sobre a Questão das Substâncias Psicoativas. In: **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo, Editora Atheneu, 2006. 493 p.
- SKIRROW, J. – Influencing adolescent life style: The role of mass media. **Drug and Alcohol Dependence**, 20, 21-26, 1987.
- STRAUSS, A.S. & CORBIN, J. – **Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory**. 2^a ed., London, Sage Publications Editor, 1998. 336 p.
- TAYLOR, S. & BORGAN, R. – **Introduction to qualitative research methods**. New York, John Wiley & Sons, Inc., 1998. 337 p.
- TÖRRÖNEN, J. – The finish press political position on alcohol between 1993 and 2000. **Addiction**, 98(3), 281-90, 2003.
- TOSCANO Jr, A. – Um Breve Histórico Sobre o Uso de Drogas. In: **Dependencia de Drogas** . São Paulo, Editora Atheneu, 2001. 560 p.
- TRAQUINA, N. – **Teorias do Jornalismo**. 2^a ed., Florianópolis, Insular, 2005. 224 p.

- TUCHMAN, G. – Qualitative methods in the study of news. In: **A Handbook of qualitative methodologies for mass communication research**. London, Routledge, 1995. 288 p.
- VÍCTORA G.C., KNAUTH D.R. & HASSEN, M.N.A. – **Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma introdução ao tema**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2000. p.136.
- WAKEFIELD, M., FLAY, B., NICHTER M. GIOVINO, G. Role of the media in influencing trajectories of youth smoking. **Addiction**, sup 1, 79-103, 2003
- WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). – **Qualitative Research for Health Programmes**. WHO, Division of Mental Health Geneva, 1994, 102p.
- WILBUR, P.M. STEWART, K. – **Strategic Medial Advocacy for Enforcement of Underage Drinking Laws**. U.S. Department of Justice, Pacific Institute for Research and Evaluation, 1999. 381 p.
- WOLF, M. – **Teoria das Comunicações de Massa**. São Paulo, Martins Fontes, 2003. 295 p.
- YANOVITZKY, I. Effect of news coverage on the prevalence of drunk-driving behavior: evidence from a longitudinal study. **Journal of Studies of Alcohol**, 63(3), 342-351, 2002.

ANEXOS

Anexo A – Planilha de análise de conteúdo

Identificação do material

Nome do veículo: (Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo; Jornal do Brasil; Correio Brasiliense; Revista Veja; Revista Isto É; Revista Época).

Data / Título da manchete / Sessão / Tipo de droga (álcool, tabaco, derivados da coca, maconha ou textos genéricos sobre drogas).

Classificação jornalística

Tipo de texto (reportagem, nota, editorial, entrevista ou um artigo de colunista).

Nível de abordagem:

Factual (restringe-se à descrição de um fato/assunto objetivo e imediato/recente);

Contextual (explica um fato/assunto ou as razões que levaram à sua ocorrência, traz informações que facilitam o entendimento do leitor, usa informações de poucas fontes);

Contextual explicativo (descreve um fato/assunto de forma pormenorizada, acrescenta detalhes, traz informações de fundo, usa ordem cronológica, usa informações de várias fontes, dispõe de boxes ou textos curtos auxiliares, caracteriza os personagens ou fontes da matéria, fornece visão geral sobre o fato/assunto);

Avaliativo (faz uma avaliação valorativa do fato/assunto, dá opinião explicitamente, fornece opiniões de várias fontes, mas termina a matéria com uma opinião preponderante – chamado “fecho” ou “tom” da matéria);

Propositivo (apresenta o problema e sugere soluções, repercutindo recomendações de especialistas, dirigentes ou usuários, pais, alunos; relata experiências exitosas para a solução do problema);

Identificação de personagens

Presença de personagens (verificar se existem personagens na história, focando o usuário).

Sexo (identificar qual é o sexo do personagem focado na história)

Faixa etária (criança, jovens, adulto, idosos, outros ou não especificado).

Relação com a droga (usuário, ex-usuário, dependente, ex-dependente, em tratamento, tráfico, há mais de um usuário em condições diferentes, ou não especificados).

Identificação do Foco/Tema central

Foco Central da matéria (apenas um)

- | | |
|--|--|
| a) Casos de doping | j) Prevenção |
| b) Causas | k) Publicidade/campanhas |
| c) Conseqüências do uso | l) Redução de danos |
| d) Dependência/uso | m) Repressão/Combate |
| e) Divulgação de pesquisas / estatísticas | n) Restrição/Proibição |
| f) Facilidade/Dificuldade no acesso | o) Soluções / intervenções para a questão das drogas |
| g) Família (participação / responsabilidade) | p) Tratamento / dicas para parar o uso |
| h) Outros temas | q) Uso terapêutico |
| i) Política Pública | |

Soluções / Intervenções

Tipos de soluções apresentadas:

- | | |
|------------------------------------|---------------|
| a) Políticas públicas para o setor | d) Repressão |
| b) Prevenção | e) Tratamento |
| c) Redução de danos | |

Outra intervenção: _____

Tipo de política pública mencionada

Menção de alguma medida política

- | | |
|--|---|
| a) Alteração na legislação (especificar) | g) Políticas de lazer / cultura |
| b) Descriminalização | h) Relacionada à SENAD |
| c) Inovação de serviços e/ou técnicas | i) Relacionada aos custos públicos do tratamento de dependentes |
| d) Legalização | j) Restrição à publicidade/divulgação |
| e) Melhorias no atendimento | |
| f) Políticas de esporte | |

Outra medida específica: _____

Família

Menção a família

- | | |
|---|--|
| a) Apenas é mencionada | e) Como negligente |
| b) Como co-dependente | f) Como repressora |
| c) Como elemento fundamental na superação do problema | g) Como vítima da agressão de usuários |
| d) Como estopim para o início do uso | h) Sem saber o que fazer |

Outra maneira: _____

Causas para o uso / dependência

Tipos de causas apresentadas (especificar)

Conseqüências Negativas

- | | |
|------------------------------|-------------------------------------|
| a) Acidentes | f) Problemas de saúde mental |
| b) Dependência | g) Problemas na escola |
| c) Envolvimento com o crime | h) Problemas na família |
| d) Morte | i) Violência ao usuário |
| e) Problemas de saúde física | j) Violência praticada pelo usuário |

Outra conseqüência: _____

Adjetivação do usuário

- | | |
|---------------|------------|
| a) Fumante | e) Drogado |
| b) Dependente | f) Bêbado |
| c) Viciado | g) Não há |
| d) Usuário | |

Outro adjetivo: _____

Fonte dos dados

- | | |
|----------------------------|---|
| a) Pesquisa científica | e) Profissionais não-especialistas em droga |
| b) Usuários | f) Políticas / leis / políticos |
| c) Familiares | |
| d) Especialistas em drogas | |

Outra fonte: _____

Função positiva da droga

Verificar se o material admite alguma função positiva da droga (não admite / prazer / alívio de desconforto ou desprazer / função terapêutica)

Anexo B – Roteiro de entrevista com os profissionais

I – Questões iniciais (referentes ao profissional)

1) Quem é o profissional...?

(O objetivo desta questão é deixar o profissional livre para se apresentar)

2) Conte um pouco da sua história profissional até começar a escrever textos sobre drogas?

(O objetivo desta questão é compreender o caminho que o profissional percorreu até começar a escrever. Verificar também a experiência do profissional sobre o tema, motivos que o levaram inicialmente a escrever este tipo de matéria, conhecimento que possui sobre o assunto e etc).

3) Quais os tipos de matérias que você costuma publicar?

(O objetivo desta questão é saber quais são os temas que o profissional costuma publicar, qual(is) a(s) área(s) que ele costuma cobrir ou é responsável dentro do seu jornal).

4) Com qual frequência você costuma escrever textos sobre drogas?

(O objetivo desta questão é verificar se o tema drogas é um tema frequente ou não, em seus textos)

II – Questões referentes à dinâmica da atividade

1) Por que escrever sobre drogas? ^a

(A intenção desta pergunta é deixar o tema livre para o profissional começar a formular e expressar suas idéias sobre os motivos e/ou fatores desencadeantes. Essa questão será sempre a primeira questão e permitirá abertura para as seguintes, de acordo com o tipo de resposta).

2) A questão financeira (vendagem) influencia o tipo de matéria que será escrito?

(Verificar se a forma apelativa de publicar as matérias tem preferência no jornalismo).

3) Quando se aborda o tema sobre drogas, existe(m) alguns conteúdos que devam ser evitados? Por quê?

(Verificar se quando o profissional escreve sobre drogas existe alguma coisa que ele não deve escrever ou que não seja de bom tom colocar no texto. Verificar se existe censura do editor ou alguma política editorial que limite à matéria).

4) Quais são os limites éticos para escrever matérias sobre drogas?

(Verificar com o profissional se existe cuidados e limites que devam ser tomados ao abordar o tema drogas).

5) Existem algumas matérias que às vezes são difíceis de emplacar. Quais são as dificuldades que você encontra para cobrir matérias nessa área?

(Verificar se as crenças, valores, idéias, críticas e sugestões do profissional encontram espaço para serem divulgadas no veículo em que ele trabalha e/ou trabalhou).

6) Em estudos sobre as drogas retratadas no jornalismo brasileiro realizados pelo CEBRID, verificou-se que há um predomínio de matérias ligadas a temas policiais. Por que você acha que isso ocorre?

(Verificar o que pensa o profissional acerca desse predomínio do discurso repressivo acerca do uso de drogas no jornalismo impresso brasileiro).

7) Qual é a melhor abordagem a ser utilizada ao se cobrir o tema drogas e por quê?

^a Com exceção da questão 1 da II parte, a ordem das questões irá variar de acordo com o ritmo da entrevista, ou seja, não existe uma ordem de perguntas, elas surgem de acordo com o tópico levantado durante a entrevista.

(Essa questão tem como objetivo verificar qual o tom (repressivo, informativo, amedrontador, isento, etc.) ou abordagem ideal, na opinião do profissional, em textos que abordem a questão das drogas).

8) Como você escolhe suas fontes quando tem que escrever um texto sobre drogas?

(Verificar quais e quantas são as fontes que o profissional privilegia no momento de escrever uma matéria sobre drogas, se ele prefere usuários, políticos, especialistas, familiares de usuários e etc. Como uma pessoa é escolhida).

9) Qual você acha que é a melhor forma para lidar com a questão de uso de drogas no Brasil?

(Verificar o que o profissional imagina que seria o ideal e/ou possível se fazer para enfrentar a questão do uso de drogas no Brasil e/ou no mundo).

10) Como você procura adquirir conhecimento sobre o tema das drogas para as suas matérias?

(Verificar como o profissional adquire conhecimento para abordar o tema. O quanto ele sabe).

11) O que você pensa sobre o uso de drogas?

(Verificar o que pensa o profissional sobre o uso de drogas. Se ele diferencia uso, abuso e dependência; se para ele há diferença entre usuário, dependente, traficante; enfim, explorar os conhecimentos e crenças do profissional acerca do tema drogas).

12) Como você vê a cobertura sobre drogas no jornalismo brasileiro?

(Verificar o que pensa o profissional a respeito da forma como as drogas são abordadas no jornalismo brasileiro, principalmente no que se refere à mídia impressa, se ele tem conhecimento sobre o que acontece se ele concorda ou discorda da forma como a cobertura é feita).

13) O que você acha que pode ser feito para construir um jornalismo mais informativo e útil para a população?

(Verificar quais são as idéias do entrevistado para que possamos ter um jornalismo mais comprometido em divulgar informações que sejam úteis para a população brasileira).

14) Como você imagina que o seu texto repercute para o leitor quando você aborda a questão das drogas?

(Verificar o que o profissional imagina que acontece com o leitor que entra em contato com o seu material. Como imagina que a população que lê o seu texto reage diante da matéria)

Anexo C – Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa



Universidade Federal de São Paulo
Escola Paulista de Medicina

Comitê de Ética em Pesquisa
Hospital São Paulo

São Paulo, 11 de junho de 2004.
CEP 0489/04

Ilmo(a). Sr(a).
Pesquisador(a) FABIO DE CARVALHO MASTROIANNI
Disciplina/Departamento: Psicobiologia/Psicobiologia da
Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo

Ref: Projeto de pesquisa intitulado: "As drogas psicotrópicas e o jornalismo brasileiro: análise do ponto de vista dos profissionais e da sua produção jornalística".

Prezado(a) Pesquisador(a),

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo **ANALISOU e APROVOU** o projeto de pesquisa acima referenciado.

Conforme resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde são deveres do pesquisador:

1. Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento. Nestas circunstâncias a inclusão de pacientes deve ser temporariamente interrompida até a resposta do Comitê, após análise das mudanças propostas.
2. Comunicar imediatamente ao Comitê qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento do estudo.
3. Os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos para possível auditoria dos órgãos competentes.
4. Apresentar primeiro relatório parcial em **08/dezembro/2004**.
5. Apresentar segundo relatório parcial em **06/junho/2005**.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Osmar Medina Pestana
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Federal de São Paulo/ Hospital São Paulo

"Resaltamos que é de essencial importância que seja verificado, antes da divulgação dos processos e/ou resultados obtidos nesta pesquisa, se os mesmos são potencialmente patenteáveis ou passíveis de outras formas de proteção intelectual/industrial. A proteção por meio do depósito de patente, ou de outras formas de proteção da propriedade intelectual, evita a ação indevida de terceiros e confere maior segurança quando da publicação dos resultados da pesquisa."

Rua Botucatu, 572 - 1º andar – conj. 14 - CEP 04023-062 - São Paulo / Brasil
Tel.: (011) 5571-1062 - 5539.7162

Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: As Drogas Psicotrópicas e o Jornalismo Brasileiro: Análise do ponto de vista dos Profissionais e da sua produção jornalística.

Objetivo: o presente projeto tem como objetivo estudar o processo jornalístico brasileiro relacionado ao tema “drogas psicotrópicas”, através da análise dos conceitos e atitudes dos jornalistas, bem como da produção jornalística brasileira relacionada ao tema.

Procedimentos: *o projeto será desenvolvido a partir de dois focos de estudo: Em um dos estudos, serão estudados os conceitos dos jornalistas por meio de metodologia qualitativa. A amostra de profissionais a serem entrevistados será composta através da técnica de “bola de neve” até o ponto de saturação teórica, e as entrevistas após transcrição, terão seu conteúdo analisado.*

Em outro estudo, será avaliada produção jornalística através de análise de conteúdo dos artigos divulgados nos principais jornais e revistas do país. O material a ser analisado (em 2004), já está sendo coletado por uma empresa especializada em “clipping” (ao longo de 2003) em convênio entre o CEBRID e a SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas).

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para o esclarecimento de eventuais dúvidas. O tempo máximo dispensado para a realização da entrevista é de 120 minutos. Os principais investigadores são Ana Regina Noto e Fábio de Carvalho Mastroianni, que podem ser encontrados no CEBRID (Rua Botucatu, 862 - 1º andar – 04023-062 – São Paulo – SP – tel. (11) 5539-0155 ramal 125). Caso você tenha alguma dúvida ou consideração sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (Rua Botucatu, 572 - 1º andar CJ 14 – 04023-062 – São Paulo - SP – tel. (11) 5571-1062 – fax (11) 5539.7162 – e-mail: cepunifesp@epm.br).

CONSENTIMENTO

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente informado a respeito da pesquisa “AS DROGAS PSICOTRÓPICAS E O JORNALISMO BRASILEIRO: ANÁLISE DO PONTO DE VISTA DOS PROFISSIONAIS E DA SUA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA”, discuti com o coordenador da pesquisa sobre a minha decisão em participar desta pesquisa.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados; as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos pertinentes.

Concordo voluntariamente em participar, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo sem penalidades ou prejuízos.

_____, _____ de _____ de 2004.

Assinatura do responsável

Instituição:

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária este Consentimento livre e esclarecido, para a participação da referida instituição neste estudo.

Fábio de Carvalho Mastroianni
Coordenador do Estudo